

REVISTA ELETRÔNICA

SABERES MÚLTIPLOS

ISSN 2359-6074 • VOLUME 15 • FEVEREIRO 2023



UNIG
UNIVERSIDADE IGUAÇU

CORPO EDITORIAL

Editor Chefe

Paula Alessandra de Souza Mantilla Giehl (UNIG)

Supervisão Editorial

Edith Maria Marques Magalhães (UNIG/UFRJ)
Paula Alessandra de Souza Mantilla Giehl (UNIG)

Conselho Editorial Científico

Adalgisa Mafra Moreno (UNIG)	Ilda Maria Baldanza Duarte (UNIG)
Alexander Eduardo Cayturo Villegas (UNIG)	José Luiz Gatto Pereira (UNIG)
Aline Mota de Barroa Marcellini (UCB)	Leandro Jorge Duclos Costa (UEG/UNESA-GO)
Ana Valéria de Figueiredo da Costa (UERJ/UNESA-RJ)	Leonardo Andrade Guimarães (UNIG)
Anabelle Loivos Considera (UFRJ)	Leonor Maria de Lima Torres (UM / IE – Portugal)
André Costa Ferreira (UNIG)	Lindinei Rocha Silva (IFRJ)
André Luiz Ferreira de Oliveira (IFRN)	Marcos Paulo Mendes de Araújo (FUCAI / SEMED – AM)
André Nemi Conforte (UERJ)	Márcia Lisboa (UERJ)
Andrea Bittencourt de Santana Teixeira (UNIG)	Maria Aparecida Campos Mamede Neves (PUC-RJ)
Anderson Borba Rodrigues (UNIG/FABA)	Maria Celeste Reis Fernandes (UNIVALE/UFMG)
Antonio Luís dos Santos Lima (UNISUAM)	Maria Cristina Cardoso Ribas (UERJ)
Antônio Neres Norberg (UNIABEU/ FAMESC/FTESM)	Mayra Lima Vieira (UNIABEU)
Arthur Vianna Ferreira (UERJ)	Mônica Pinheiro Fernandes (UFRRJ)
Bianca Corrêa Lessa Manoel (UNESA/SEMED-NI)	Paulo César Silva de Oliveira (UERJ)
César Bernardo Ferreira (SEDUC)	Paulo Henrique Moura (UNIG)
Cristina Novikoff (CEP/FDC)	Paulo Roberto Blanco Moreira Norberg (FAMESC)
Danúbia de Sá Caputo (UERJ/FABA)	Ramon Missias-Moreira (UNIVASF)
Denise Abigail Brito Freitas Rocha (UEB/FMN)	Rebeca Carocha Seixas (IFRN)
Denilson Costa Soares (UNIG)	Sérgio Vale da Paixão (IFPR)
Elaine Cristina de Souza Lima (UCB)	Simony Ricci Coelho (UNIG)
Fabiana de Sousa Pugliese (UNIG)	Shirley de Souza Gomes Carreira (UERJ)
Fabiano Sanches Guerra (UNIABEU/ EsSEx)	Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa (UNESA-RJ)
Fabio Barbosa Batista (UNIG)	Valéria Leite de Aquino (UERJ)
Helenice Gonçalves Maia (UNESA)	

SUMÁRIO

<u>EMPODERAMENTO SOCIAL UMA QUESTÃO URGENTE NA DOCÊNCIA SOCIAL</u> <u>EMPOWERMENT AN URGENT ISSUE IN TEACHING</u>	03
<i>Paulo Vinicius Frazão, Edith Maria Marques Magalhães, Helida Babo Roxo, Milena da Rocha Asevedo.</i>	
<u>UMA REFLEXÃO SOBRE O CENÁRIO LOCAL: A PRODUÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA DA ÁFRICA E DOS AFRO-BRASILEIROS NAS TRÊS ÚLTIMAS EDIÇÕES DO CONINTER</u>	12
<i>Rita de Cássia Gonçalves Viana, Andreia Cristina Fidelis Silva, Priscilla de Souza Coelho Oliveira.</i>	
<u>A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NO AMAZONAS</u>	19
<i>Maria Nazaré Castro Ferreira Filha, Clemência Amaral Vital.</i>	
<u>AVALIAÇÃO DO PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DOS ADULTOS E IDOSOS SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE DO HOSPITAL SÃO JOSÉ DO AVAÍ – ITAPERUNA/RJ</u>	40
<i>Tiago Andrade Muniz Terra, Eugênio Carlos de Almeida Tinoco, Auner Pereira Carneiro, Cristiano Manhães de Oliveira, Mariana Pessanha Wagner de Azevedo, Luciana de Oliveira Fumian Brasil, Luíza de Souza dos Santos, Mariacelia Fernandes Rocha, Nathalia Frade Soares.</i>	
<u>PRODUÇÃO ACADÊMICA: ANÁLISE DE TRABALHOS REALIZADOS NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA FACULDADE FUCAPI ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2021</u>	48
<i>Marcos Paulo Mendes Araújo</i>	
<u>O CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAS NO BRASIL E SUA COIBIÇÃO</u> <u>UMA ABORDAGEM ATUAL</u>	61
<i>Mayra Lima Vieira, Michelly Brandão Reis</i>	

EMPODERAMENTO SOCIAL UMA QUESTÃO URGENTE NA DOCÊNCIA

SOCIAL EMPOWERMENT AN URGENT ISSUE IN TEACHING

Paulo Vinicius Frazão¹, Edith Maria Marques Magalhães¹, Helida Babo Roxo¹,
Milena da Rocha Asevedo¹

1- Universidade Iguaçu - UNIG

Autor Correspondente: Paulo Vinícios Frazão

E-mail: professor.viniciusedf@gmail.com

RESUMO

A docência exige dos professores um posicionamento crítico reflexivo em quase tudo que a sociedade impõe como natural, para além dos docentes, se colocarem dessa forma os mesmos necessitam despertar nos discentes essa capacidade de refletir criticamente. Sendo a educação uma das principais ferramentas para empoderar, proporcionando ou não aos docentes a certeza de fazer a diferença. Assim, trabalhando com esse conceito de “empoderamento social” visando conscientizar seus alunos, mostrando que o mundo dos mesmos não está reduzido, mas para isso os discentes devem se empoderar mutuamente. Portanto, foi realizado uma revisão bibliográfica sobre o conceito de empoderamento social e como o mesmo se aplica no cotidiano dos alunos por meio das atividades propostas pelos professores. Diante dos fatos, nosso objetivo buscou no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES as dissertações do último triênio, para avaliar como a temática está sendo tratada. Procedeu-se a coleta de dados e análise de conteúdo, segundo Bardin (2016) desvendando significações, na fase da categorização emergindo as categorias *empoderamento feminino e educação*. Concluímos, garantindo as mulheres conhecer os seus direitos fundamentais e conquistas, isso faz com que na educação não seja diferente nos dias atuais, proporcionando uma educação com igualdade e respeito a diversidade.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais, Docência, Educação, Empoderamento Social, Feminismo.

ABSTRACT

Teaching requires a critical reflective position from teachers in almost everything that society imposes as natural. Being education one of the main tools to empower, whether or not providing teachers with the certainty of making a difference. Thus, working with this concept of “social empowerment” in order to raise students' awareness, showing that their world is not reduced, but for that, students must empower each other. Therefore, a bibliographic review was carried out on the concept of social empowerment and how it is applied in the students' daily lives through the activities

proposed by the teachers. In view of the facts, our objective was to search the CAPES Catalog of Theses and Dissertations for the dissertations of the last triennium, to assess how the theme is being treated. Data collection and content analysis were carried out, according to Bardin (2016) revealing meanings, in the categorization phase emerging the categories female empowerment and education. We conclude by ensuring women know their fundamental rights and achievements, this makes education no different today, providing an education with equality and respect for diversity.

Keywords: Fundamental Rights, Teaching, Education, Social Empowerment, Feminism.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo vem abordar a falta de reconhecimento de agendas como o conceito de empoderamento pode ser um facilitador para professores em suas aulas, diante fatos e acontecimentos cotidianos, e como pode fazer a diferença trazendo debates, conscientes e críticos para seus educandos, sobretudo quando se pensa por outra perspectiva usando a educação como principal ferramenta para romper os estereótipos que a população recebe.

Por conta dessa inquietação nosso estudo teve como aporte teórico uma revisão de bibliografia que fundamentou teoricamente e a busca no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do último triênio (2019-21), de estudos que abordam o conceito de empoderamento, sobretudo na educação e como o mesmo se aplica no cotidiano dos alunos por meio dos professores.

Nesse sentido, com o foco de analisar o papel do docente como mediador de debates que despertem em seus alunos, tendo esse olhar crítico reflexivo para além de si próprio, o que consequentemente, trás uma consciência para esses discentes, seus pensamentos e vontades podendo fugir da homogeneidade e não aceitem a segregação, se fez necessário alteração percurso metodológico.

Nessa perspectiva, enfatizamos a importância do diálogo por meio desse estudo em prol de uma atenção necessária com essa temática. Pois, acreditamos que professores empoderados na docência *podem e fazem* toda a diferença para com seus alunos e toda comunidade escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Muitas discussões aparecem em mídias sociais, em roda de conversas, em torno do chamado empoderamento social, mas o que realmente precisa ser discutido é como transformar essas e outras questões mais legítimas e consciente por parte de todos que discutem a temática.

Empoderamento social não pode ser tratado como algo simples, o mesmo denota muitas subjetividades que necessitam ser discutidas. Esse estudo teve como foco a educação, mas prioritariamente para professores que estão na linha de frente, no dia a dia, sentindo o quanto a educação carece de cuidados, mas especificamente o professorado que vai encontrar diversas dificuldades no seu cotidiano.

Em grande parte da educação pública são encontradas brechas e não são fáceis de resolver, ficando praticamente nas mãos dos professores lidar com essas problemáticas, tratar do empoderamento social onde as minorias não tem o mínimo de consciência dos seus direitos. (MELLEARI)

Entretanto os cuidados que envolvem pensar o empoderamento social são grandes e a responsabilidade, por assim dizer, pode perdurar ao longo de todo o processo.

Berth ressalta que:

O empoderamento enquanto prática social necessária, no ápice da sua, cooptação e distorção, tem sido literalmente vendido, sobretudo por aqueles que almejam manter o status quo formador de acúmulos e desequilíbrios sociais. Esse fenômeno social cria clãs de micro-opressores que não têm condições psicológicas para conduzir outros indivíduos pelos caminhos processuais de autodescoberta sociopolítica, simplesmente porque nem ao menos buscaram erradicar dentro de si mesmos as internalizações perversas do sistema de opressão a que estão expostos. (BERTH, 2019, p. 65)

Portanto, consideramos que erradicar essas opressões partindo da educação se torna extremamente relevante. Pois, sendo a educação chave para desencadear, libertar todos esses processos opressores o professorado precisará se desprender do ciclo vicioso para que haja uma verdadeira ideia de empoderamento mútuo entre os oprimidos.

Muitas são as faces da opressão e por vezes esses oprimidos não a enxergam, pois se encontram dentro de um processo desencorajador que julgam não serem capazes de lutar contra o sistema opressor.

A autodescoberta desses processos de opressão, são fundamentais para que haja mudança e a mesma não deve ser uma mudança particular do sujeito, mas de toda a comunidade que o cerca, para que não aconteça somente uma mudança pessoal, mas sim uma consciência do todo, que é o verdadeiro propósito do empoderamento social.

Outro ponto extremamente interessante é a consciência de não julgar uma situação problema maior que a outra, uma opressão não pode se sobrepor a outra. Alguns sujeitos tentem julgar sua situação problema como mais difícil de lidar.

Os professores tem o grande missão de fazer com que seus alunos adquiram os conhecimentos necessários para que possam se empoderar mutuamente, o processo de empoderamento social passa por várias fases, uma delas é a consciência do “eu” sujeito para que só assim funcione o que pode ser chamado de empoderamento social.

Silva, Chagas e Pinheiro contribuem ao pontuar empoderamento:

Representa uma forma de os sujeitos, individual e/ou coletivamente, alcançarem autonomia e emancipação por meio de um exercício permanente do poder (para, com e de dentro) de que dispõem para se empoderarem, a noção de poder a ser seguida é aquela em que coloca as pessoas – principalmente as desempoderadas – no centro do processo de empoderamento. (Silva, Chagas e Pinheiro; 2016, p.5)

Concordamos com os autores de forma plena, indo de encontro que a essência da educação busca empoderar os sujeitos marginalizados ou oprimidos por sua condição social.

Outras ações necessárias é desnaturalizar condições sociais como prerrogativas para que haja desigualdade, tendo em vista que existe os processos de exploração de outros seres humanos contribuindo para tal feito. A ausência da consciência desses problemas fortalece de maneira direta para que se mantenha essas diferenças.

O despertar da consciência do empoderamento na educação seja por parte do alunado, por meio dos professores é necessário, pois acredita-se que professores deveriam ter uma consciência de classe maior, para que justamente contribua no combate a desigualdade, e assim mostrando o caminho de uma educação para todos sem diferença de classes.

Contudo, os autores Silva, Pinheiro, Chagas dialogam com Freire ao afirmarem:

Coloca-se favorável ao processo de empoderamento de classe social e não de natureza individual, por acreditar na libertação como ato social em oposição à ideia de autolibertação. [...] pois “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Esse libertar-se coletivo seria fruto das ações coletivas desenvolvidas e realizadas por todos aqueles esperançosos e engajados no processo libertador. (FREIRE, 2011, p.97 *apud* 2016, p.7)

Proeminentemente, os docentes comprometidos com uma educação mais igualitária para todos tomam para si a perspectiva freiriana, com a preocupação de oferecer o melhor para todos.

Os sujeitos oprimidos, que na sua grande maioria são alunos da periferia, marginalizados, tem enormes problemáticas para sobreporem, no entanto essas condições desfavoráveis podem ser o início de uma construção conjunta por parte de todos, o que consequentemente geraria o empoderamento social comunitário.

Desmascarar certos tipos de comportamentos e atitudes que foram naturalizados ao longo dos

anos, é uma tarefa muito difícil e árdua, entretanto os professores são pessoas mais habilitadas para lidar com essa problemática. Acreditar na educação é ter consciência do papel do professorado em todos os sentidos, mas sobretudo entregar a esses profissionais condições ideais de trabalho.

Seguindo a perspectiva freiriana, os educadores podem e devem lutar por tais condições, acreditando que dentro dessa busca irão ofertar para seus educandos uma educação libertadora.

Nesse sentido, ressaltamos que muitas são as mazelas da opressão que se difundiram em diversos espaços da sociedade, e uma transformação de consciência para classes menos privilegiadas necessita ser feita, para que haja menos desigualdade.

3. METODOLOGIA E RESULTADOS

Iniciamos os procedimentos e aspectos metodológicos da pesquisa com a revisão da literatura procurando saber se o tema empoderamento social não foi suficiente investigado e não preenche as lacunas que costumam aparecer em um estudo, que se trata de mais uma alternativa de fonte de pesquisa que deve ser exploratória.

A pesquisa bibliográfica utiliza-se de leitura intensa de dados existentes que receberam tratamento analítico já publicados anteriormente conforme afirmado por GIL (2002).

Para tanto, além da leitura e discussão intensa da temática tais como, o livro *Empoderamento* (BERTH, 2019), que além das indagações sobre o antirracismo nos proporcionou momentos fundamentais de apropriação da literatura sobre feminismos plurais, indicadores ao empoderamento social.

Tendo em vista que hoje busca-se uma conscientização e valorização do desempenho dos docentes junto aos discentes podendo fugir da homogeneidade e não aceitem a segregação que aparece de acordo com o lugar onde mora, sua classe social, sua religiosidade ou opção sexual, outras leituras foram apropriadas nas nossas discussões com tal, *Racismo Estrutural: feminismo plurais* de Silvio de Almeida (2019).

Alguns vídeos foram exibidos de forma contribuir com nossos estudos, dentre eles destacamos O que é Empoderamento? de Joice Berth que trás pontos importantes sobre seu livro do mesmo título. E o trailer do filme *Mulheres ao Poder* que pontua questões quando um feminista interrompe a cerimônia do Miss Mundo para fazer uma crítica a diversos pontos pertinentes da sociedade, sob a montei “ não somos bonitas, não somos feias, estamos com raiva”.

Durante o treinamento realizado com os alunos bolsista e voluntário na busca com os indicadores *empoderamento* foi possível filtrar 216.066 de dissertações e teses, que em seguida foi refinando de acordo com os resumos de dissertações da Coordenação CAPES, concluídas no último triênio em universidades públicas e privadas, do Estado do Rio de Janeiro, em Programas de Mestrado em Educação, para avaliar como a temática está sendo tratada e ainda refletindo sobre empoderamento social como uma questão importante na docência.

Com a coleta e análise das dissertações coerentes com as temáticas tivemos a oportunidade de tabular os resultados das dissertações relacionadas ao indicador empoderamento social, cujo resultado foi cuidadosamente tratado com vista abordagem quantitativa.

Na coleta de dados, identificamos 20 universidades no Rio de Janeiro, mas somente uma dissertação (UFRRJ) aborda a temática dentro da educação numa visão ou fazendo parte da prática pedagógica, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Dissertações concluídas pelas Universidades no Rio de Janeiro, com a temática empoderamento social na educação– Redes Públicas e Privadas, entre 2019-21

Universidades	Rede de Ensino	2019	2020	2021
Unigrario	Particular	-	-	-
Universidade Estácio de Sá	Particular	-	-	-
Universidade Veiga de Almeida	Particular	-	-	-
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pública	-	-	-
Centro Universitário Carioca	Particular	-	-	-
Universidade Pitágoras Unopar	Particular	-	-	-
Universidade Anhanguera	Particular	-	-	-
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Particular	-	-	-
Universidade Católica de Petropolis	Particular	-	-	-
Universidade Cruzeiro do Sul	Particular	-	-	-
Universidade Cândido Mendes	Particular	-	-	-
Fundação Cesgranrio	Particular	-	-	-
Fundação Getúlio Vargas	Particular	-	-	-
Instituto De Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Particular	-	-	-
Universidade Cruzeiro do Sul	Particular	-	-	-

Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pública	-	-	-
Universidade Federal Fluminense	Pública	-	-	-
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Pública	-	01	-
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Nova Iguaçu)	Pública	-	-	-
Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia do Rio de Janeiro	Pública	-	-	-
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Pública	-	-	-

Fonte: CAPES

Devido a inexistência dos resultados, ampliamos a pesquisa para os demais estados, onde localizamos cinco dissertações e na sua totalidade tratam o empoderamento da mulher, usando como proposta de aquisição de políticas públicas e educacionais como força e representatividade, demonstrado no Quadro 2, somente identificado em 2021.

Quadro 2 - Dissertações concluídas nas Universidades no Brasil, com a temática empoderamento social na educação – Redes Públicas e Privadas, entre 2021

Universidade e Local	Título	Ano de obtenção
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Quem vê cara não vê orientação, nem a identidade de gênero: compreensões e práticas docentes frente às lgbtifobias na escola	2020
Pontifícia Universidade Católica De Goiás / Goiás	Educação e Empoderamento: histórias de resistência de mulheres kalunga	2021
Universidade Federal da Grande Dourados	Coletivo Empoderamento Feminino em Mato Grosso do Sul: estudo sobre a violência contra mulher na universidade	2021
Universidade Estadual do Oeste do Parana	Raiz de Roça: empoderamento feminino e capital social na agricultura familiar	2021
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	O cinema como instância educativa e sua Influência no empoderamento e na representação da mulher: uma análise do filme Capitão Marvel	2021

Fonte: CAPES

Todas os resumos acima das dissertações foram lidos e após leitura exaustiva do material coletado, procedeu-se a análise de seu conteúdo, segundo as proposições de Bardin (2016)

desvendando significações de diferentes tipos de discursos, baseando-se na inferência ou dedução, mas respeitando critérios específicos propiciadores de dados em frequência e estruturas temáticas.

A seguir, tem-se a etapa da codificação, na qual são feitos recortes em unidades de contexto e de registro. De acordo com Bardin (2016), unidade de registro (UR), apesar de dimensão variável, é o menor recorte de ordem semântica que se liberta do texto, podendo ser uma palavra-chave, um tema, objetos, personagens, entre outros. Já unidade de contexto (UC), em síntese, deve fazer compreender a unidade de registro, tal qual a frase para a palavra. Nesta pesquisa foi tomada como unidade de contexto todas as falas registradas e como unidade de registro, o tema que daquele se sobressaía.

Na fase da categorização, foram observadas as regras de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade, fazendo emergir duas categorias empoderamento feminino e educação.

Como vimos o uso do tema empoderamento social garante as mulheres conhecer os seus direitos fundamentais e conquistas, e isso faz com que na educação não seja diferente nos dias atuais, a fim garantir uma educação com igualdade e respeito a diversidade.

Admitimos que a construção de uma escola mais crítica e atuante deve contribuir para eliminar os instrumentos de dominação social. Assim deve ser levado em conta o entendimento de que a educação tem um papel importante na construção de cidadãos críticos e reflexivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do estudo proposto compreendemos como a temática está sendo tratada no âmbito da docência, tendo em vista a produções acadêmicas investigadas.

Admitimos que a construção da academia mais crítica e atuante deve contribuir para eliminar os instrumentos de dominação social. Assim deve ser levado em conta o entendimento de que a educação tem um papel importante na construção de cidadãos críticos e reflexivos.

Assim, a contribuição deste estudo se configura diante da temática necessitando de uma abordagem, impreterivelmente, de afirmação de papéis sociais, de afirmação do empoderamento social, de avanços, lutas e conquistas cotidianas na sociedade.

E ainda, trazer essa questão do conceito empoderamento social para muito além, mas como uma ação social coletiva de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis, juntamente que esse professores numa roda de conversa, usando o termo de forma consciente e não esvaziada como vem sendo proposto por parte da mídia, tornando-se relevante questão para esse estudo.

Diante ao ineditismo do tema e como fazer uso na prática pedagógica pode alcançar aos discentes um entendimento de como é importante e fundamental o empoderamento social para uma sociedade com mais respeito às diferenças que está mais presente na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**: feminismo plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 264 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 3. impr. São Paulo: Porto: Edições 70, 2016.

BERTH, Joice. **Feminismo Plurais**. (coord.) Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** 1 vídeo (6 min) Disponível em: https://youtu.be/TM6rh5s8_pE Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Distrito Federal: Brasília. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em: 10 jan 2023

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBO PLAY, **Negros da história do Brasil**, 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/06/exposicao-no-rio-da-o-reconhecimento-devido-a-protagonistas-negros-da-historia-do-brasil.ghtml> Acesso em: 30 de setembro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

KNIGHTLEY, Keira e BUCKLEY, Jessie. **Exposição no rio dá o reconhecimento devido a protagonistas mulheres ao poder**, 1 vídeo (2 min 16 s). Disponível em: <https://youtu.be/aPKDyPXcHJg> Acesso em: 15 de outubro de 2022.

MELLEGARI, I. L. S. **Direitos humanos e cidadania**: no pensamento de Hannah Arendt. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

SILVA, Lucas Vieira de Lima; PINHEIRO, Maria Rosângela Dias e CHAGAS, Nilmara Serafim. O empoderamento como processo de conscientização e os sujeitos da educação. **III Congresso Nacional de Educação**. Centro de Convenções de Natal - Rio Grande do Norte, 2016.

UMA REFLEXÃO SOBRE O CENÁRIO LOCAL: A PRODUÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA DA ÁFRICA E DOS AFRO-BRASILEIROS NAS TRÊS ÚLTIMAS EDIÇÕES DO CONINTER

A REFLECTION ON THE LOCAL SCENARIO: THE PRODUCTION OF SCIENTIFIC WORKS ON THE HISTORY AND CULTURE OF AFRICA AND AFRO-BRAZILIANS IN THE LAST THREE EDITIONS OF CONINTER

Rita de Cássia Gonçalves Viana¹, Andreia Cristina Fidelis Silva¹, Priscilla de Souza Coelho Oliveira¹

1- Universidade Iguaçu – UNIG

Autor Correspondente: Priscilla de Souza Coelho
E-mail: prislacoelho@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade desenvolver um levantamento das produções científicas sobre a temática Relações Étnico Raciais (RER) nas três últimas edições apresentadas no Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER). No primeiro momento fizemos um mapeamento dos trabalhos científicos apresentados nas últimas três edições que contemplam os conteúdos referente a temática. No segundo momento analisamos os resultados dessa investigação feita nestes anais, através das produções científicas encontradas, para podermos compreender se a abordagem sobre a representação das RER está sendo contemplada de modo a contribuir com uma maior ampliação dessas produções, visto que devido a suas urgências para a formação docente, para criar um ensino e aprendizagem que permita contribuir aos estudantes atuais uma identidade positiva, levando-o a compreender, valorizar e respeitar a história do povo negro, sua luta, resistência e seus conhecimentos. O levantamento dessas produções científicas nos proporcionou refletir sobre o que está sendo produzido em termos de conhecimento científico relacionado a história e cultura Afro-brasileira apresentada neste Congresso. Entender esse universo dentro desses Anais, nos possibilita a discussão e problematização da referida temática em diversas áreas do conhecimento, sua inserção, produção e ressignificação de saberes sobre a História e Cultura Afro-brasileira e africana.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; CONINTER; Relações Étnico Raciais, História da África, afro-brasileiro.

ABSTRACT

The present article aims to develop a survey of the scientific productions on the theme Ethnic-Racial Relations (RER) in the last three editions presented at the International Interdisciplinary Congress on Social and Humanities (CONINTER). At the first moment, we mapped the scientific works presented in the last three editions that contemplate the contents related to the theme. In the second moment, we analyze the results of this investigation carried out in these annals, through the scientific productions found, in order to be able to understand if the approach on the representation of RER is being

contemplated in order to contribute to a greater expansion of these productions, since due to their urgency to teacher training, to create teaching and learning that allows current students to have a positive identity, leading them to understand, value and respect the history of black people, their struggle, resistance and their knowledge. The survey of these scientific productions allowed us to reflect on what is being produced in terms of scientific knowledge related to Afro-Brazilian history and culture presented in this Congress. of knowledge, its insertion, production and re-signification of knowledge about Afro-Brazilian and African History and Culture.

Keywords: Law 10.639/03; CONTINTER; Ethnic-Racial Relations, History of Africa, Afro-Brazilian.

1. INTRODUÇÃO

2.

O presente artigo tem como objetivo conhecer as produções científicas sobre a temática das Relações Étnico Raciais das três últimas edições apresentadas no Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER). Analisar como a Lei 10.639/03¹ que alterou o Art. 26 da LDB 9394/96², e torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimento de ensino fundamental e médio, e a Lei 11.645/08³ que embora não modifica a lei anterior, mas sim acrescenta a cultura indígena e sua relevância para nossa cultura.

Mesmo depois de quase vinte anos da promulgação da Lei 10639/03, temos percebido que as mudanças nos currículos escolares e as práticas pedagógicas sobre este tema não estão avançando como esperado. Para isso queremos entender de que forma os trabalhos científicos vem sendo produzidos e o que mais se tem pesquisado sobre isso, nosso anseio em saber o que está sendo promovido pela Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH). Que desde 2012 congrega pesquisadores das áreas das ciências humanas e sociais, com o objetivo de socializar a produção teórica no campo e fortalecer os programas de pós-graduação interdisciplinares do Brasil. Seus Grupos de Trabalhos têm possibilitado a participação dos pesquisadores e dos alunos, não apenas das áreas de humanas e sociais, mas também das áreas de meio ambiente e agrárias, saúde e biológicas, tecnologia e gestão. A nossa busca era como suporte os anais do CONINTER.

Os primeiros registros sobre Anais⁴ datam da Roma Antiga. Desde os períodos mais arcaicos era comum que o pontífice máximo, o Papa, exibisse em um lugar aberto uma pequena tábua branca com nome dos eventos notáveis que ocorriam durante o ano. No meio acadêmico, os eventos científicos, como congressos, conferências, encontros, seminários, simpósios e workshops são ótimos lugares para ficar informado sobre as últimas pesquisas que estão sendo desenvolvidas em determinada área.

Nesses eventos, os pesquisadores apresentam os trabalhos que estão desenvolvendo bem como obtém feedback do público. As pesquisas apresentadas no evento são geralmente publicadas em um documento chamado Anais de Evento. Logo, os anais de congresso nada mais são que uma coleção de trabalhos científicos publicados no contexto de um evento. Não somente em congressos, mas podem ser conferências, encontros, seminários, simpósios, workshops, dentre tantos outros.

Este documento pode conter resumos, artigos, pôsteres e outros tipos de trabalhos, vai depender muito do objetivo do evento. Ele se difere de um livro, pois cada trabalho é escrito por um pesquisador

diferente e os assuntos não possuem continuidade entre si, como normalmente acontece em um livro.

Os Anais são uma ótima fonte de pesquisa e normalmente são distribuídos impressos ou em formato eletrônico, antes da abertura do evento ou após sua conclusão. Com a continuidade da publicação a cada evento e uma boa organização, os anais de um congresso podem promover e contribuir com a pesquisa brasileira. Atualmente, a grande maioria dos anais de congressos encontram-se disponíveis para consulta online, no entanto não existe um lugar único onde todos possam ser consultados, isso varia de evento para evento.

Gamboa (2012) nos declara que: faz-se necessária a realização frequente de avaliações a respeito do que tem sido desenvolvido, em termos de pesquisa científica, nas diversas áreas do conhecimento e, mais precisamente, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que estes concretizam espaços privilegiados pelo sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Portanto, consideramos que a presente pesquisa é relevante para entendermos que um mapeamento da produção acadêmica apontará para tendências e produções do conhecimento da área, conhecermos quais os modelos teóricos e os métodos que estão em uso, se há temas novos a serem analisados que possibilitem a superação do racismo, e uma implementação de uma educação antirracista.

Com o objetivo de conhecer as produções científicas sobre a temática das RER e o ensino de História e cultura Afro-brasileira nas últimas três edições apresentadas no Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - CONINTER entre 2019 e 2021. Analisamos os trabalhos acadêmicos submetidos e apontamos a quantidade e suas temáticas dentro das RER, identificamos como estes temas estão sendo abordados e apresentados no CONINTER e relacionamos o quantitativo desses temas e discutimos sobre a educação das RER na produção acadêmica dentro das perspectivas e desafios relativos à educação Superior.

Escolhemos a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977) para tratamento dos dados, que é um conjunto de instrumentos metodológicos sutis que se aplica a discursos extremamente diversificados. No primeiro momento fizemos um mapeamento dos trabalhos científicos apresentados nas edições de 2019, 2020 e 2021 que contemplam os conteúdos referentes à temática e identificar como eles estão sendo abordados, e assim tabelar cada tema e a quantidade encontrada. No segundo momento analisamos os resultados dessa investigação feita nesses anais, para podermos compreender se a abordagem sobre a representação dessa temática está sendo contemplada de modo a contribuir com uma maior ampliação dessas produções. Num terceiro momento que foi feita uma comparação entre os anos de 2019 e 2021 nas quantidades de trabalhos produzidos.

Quadro 1: Resultados encontrados em 2019.

Trabalhos científicos apresentados no CONINTER de 2019 sobre a História e a Cultura da África e dos afro-brasileiros	
Fernanda Gonçalves Sthel	A CRIMINALIZAÇÃO DO RACISMO: UM RECORTE DAS TENSÕES RACIAIS NA

	CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.
Flávia Helena Santos Da Silva Maria Geralda Miranda Patricia Maria Dusek	A LEI 10639/2003 E SUA IMPORTÂNCIA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO BRASILEIRO
Evllin Sousa Cardoso Oliveira Fernanda Moreau de Almeida Soares Pedro Henrique Soares dos Santos Isis Dheyler Santos Farias	OS IMPACTOS DO RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL
Valesca Lidiane dos Santos Macedo de Sá Belo Pedro Simonard Telma Low Silva Junqueira	RACISMO, CISSEXISMO E TRANSFOBIA: OS ENFRENTAMENTOS DE MULHERES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NEGRAS EM MACEIÓ-AL FRENTE À ESCASSEZ DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Joyce Roberta Matias KetlennFranciellen Oliveira de Lima MANOEL PEREIRA DA SILVA JUNIOR Alice Beatriz Izidoro Sampaio Dos Santos Julianderson de Oliveira dos Santos Carmo	UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE A HISTÓRIA DA EUGENIA BRASILEIRA E SUA INFLUÊNCIA NO RACISMO E MARGINALIZAÇÃO POPULACIONAL COM ÊNFASE NOS MANICÔMIOS PSIQUIÁTRICOS

Fonte: Próprio autor

Quadro 2: Resultados encontrados em 2020.

Trabalhos científicos apresentados no CONINTER de 2020 sobre a História e a Cultura da África e dos afro-brasileiros	
Vera Lúcia Vasconcelos Silvia Alicia Martínez	10 ANOS DE POLÍTICA DE COTAS: A VOZ DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLAERT, ISEPAM/FAETEC, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
Rosely Ferreira Motta	DESGUALDADES EDUCACIONAIS: CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA A POPULAÇÃO NEGRA
José Elísio dos Santos Júnior Lorena Madruga Monteiro	DO MOVIMENTO NEGRO À AGENDA DAS ORGANIZAÇÕES ANTIRRACISTAS ATUAIS: AS CONQUISTAS E A DEFESA DE DIREITOS DA POPULAÇÃO NEGRA

Bruno de Oliveira Rodrigues JOYCE KELEN SOUZA DOS SANTOS Gracielly Costa Silva	MOVIMENTO NEGRO E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS ÉTNICOS
Andressa Angela Siqueira Mônica Maria Teixeira Amorim	MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA
Eduardo André de Aguiar Lopes LUCIANA FERREIRA CARDOZO DE AGUIAR Monique Borges	POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS: IMPACTOS DA LEI Nº 12.711/12 NAS MATRÍCULAS REALIZADAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO PERÍODO DE 2012 A 2018
Maria Clara Ribeiro Miranda	RACISMO NA ATUALIDADE

Fonte: Próprio autor

Quadro 3: Resultados encontrados em 2021.

Trabalhos científicos apresentados no CONINTER de 2021 sobre a História e a Cultura da África e dos afro-brasileiros	
Andrea Rosa Bello	A COLONIALIDADE COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA QUESTÃO ÉTNICO RACIAL
RITA DE CASSIA GONÇALVES VIANA PRISCILLA DE SOUZA COELHO OLIVEIRA	A IMPORTÂNCIA DA CULTURA AFRO- BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: UMA ANÁLISE AOS OLHARES DO CURSO DE PEDAGOGIA À LUZ DA LEI Nº 10.639/03.
Vera Lúcia Vasconcelos Samara Moço Azevedo Silvia Alicia Martínez	TESES E DISSERTAÇÕES NO CATÁLOGO DA CAPES: UMA BUSCA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Fonte: Próprio autor

Dos 522 trabalhos apresentados no ano de 2019 do CONINTER, apenas cinco tinham como temática as Relações Étnicas Raciais. E em 2020, dos 668 apenas oito. Já em 2021 foram três trabalhos para os 777 apresentados. Contudo, nos anos de 2019 e 2020, os trabalhos não abordavam diretamente a História e a Cultura da África e dos afro-brasileiros. Somente em 2021, dos três trabalhos que falavam sobre RER, dois abordaram a Lei 10639/03. Observamos que apesar de ter um número expressivo de trabalhos apresentados a quantidade de trabalhos que abordam a temática da RER e da cultura da África é muito inferior.

Isso nos mostra que a comunidade acadêmica deveria publicar mais trabalhos válidos para esse tema, pois é a melhor maneira de expor e analisar a histografia da História e Cultura da África e refletir acerca do passado e presente dos negros na Brasil, visto que esses eventos, como CONINTER, atingem uma dimensão significativa contando com um grande número de participantes e de pesquisas que são divulgadas através dos anais desse congresso.

Cabe-nos ressaltar que entre esses trabalhos listados acima, alguns tratam de pesquisas locais, ou sobre a Lei 10639/03, ou racismo e saúde mental e racismo e discriminação sexual. Isso nos mostra que apesar de serem trabalhos onde aparece a palavra racismo, não trata individualmente da temática de História e Cultura da África, ou seja, não está vinculado a produção de pesquisa sobre este tema, com isso não colabora de forma efetiva para a valorização da História e da Cultura da África e dos afro-descendentes, pois existe ausência de abordagem com profundidade dos conteúdos necessários sobre o assunto.

2. CONCLUSÃO

Comparando as três edições analisadas, percebemos que não há estudos direcionados para a História e Cultura da África e dos afro-brasileiros. Observamos que existe uma preocupação com o tema de origem racial, ações afirmativas, cotas raciais, ou seja, os trabalhos apresentados abordam o racismo com conteúdos integrados, ainda que em número reduzido. Contudo, faltam estudos sobre História e Cultura da África, que vise valorizar a contribuição deste povo na cultura brasileira. A pesquisa mostra que é de grande importância estudar e apresentar trabalhos sobre a História e Cultura da África nos espaços acadêmicos, pois é o local privilegiado para trabalhar temas que permite acesso de professores que atuam em escolas possibilitando o educando ampliar seu horizonte cultural e crítico, que os levam a valorizar culturas, a posicionar-se contra todo tipo de discriminação

REFERÊNCIA

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/ SEPPIR, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo 31 Educação das Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 de dezembro de 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2012.

VIII CONINTER. **Anais de 2019** Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/coninter2019/> Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

IX CONINTER. **Anais de 2020**. Disponível em: [ven3.com.br/anais/coninter2020/](https://www.even3.com.br/anais/coninter2020/) Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

10º CONINTER. **Anais de 2021**. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/x2021/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NO AMAZONAS

QUALITY IN EDUCATION IN AMAZONAS

Maria Nazaré Castro Ferreira Filha¹, Clemência Amaral Vital¹

1- Centro Universitário Nilton Lins (UNINILTON LINS)

Autor Correspondente: Maria Nazaré Castro Ferreira Filha
E-mail: nazarecastro2008@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar a gestão da qualidade e o planejamento participativo nas instituições educativas como forma de promover as mudanças estruturais necessárias para um novo modelo de planificação, inovação e gestão da prática educativa. As instituições educativas podem ser entendidas como instituições criadoras, reprodutoras e transmissoras de conhecimentos. A principal função de uma instituição educacional é a formação de cidadãos e de profissionais competentes e críticos, capazes de transformar a realidade social, política e econômica do cenário em que estão inseridos. As mudanças tecnológicas e a velocidade de circulação das informações colocam a sociedade contemporânea frente a uma busca eterna pelo conhecimento. A sobrevivência em um mercado competitivo só ocorre para empresas alicerçadas na competência e no talento de seu patrimônio humano. Atender às exigências do mercado exige profissionais criativos e inovadores, com capacidade de adequação às transformações do mundo contemporâneo. Nesse contexto, onde a busca pelo aperfeiçoamento é constante, as instituições educativas são as provedoras do capital intelectual. Entretanto, a própria estrutura educacional necessita sofrer algumas mudanças, para oferecer profissionais preparados para suprir as novas necessidades da sociedade do século XXI. *Como as instituições educativas devem proceder para promover um planejamento participativo que leve em conta os interesses da sociedade e às exigências das novas formas de trabalho impostas pela sociedade do conhecimento?* O planejamento participativo, a melhoria dos investimentos em educação e a qualificação dos professores são os pontos-chave para adequar as instituições educativas aos parâmetros exigíveis pelo mundo contemporâneo e pela democracia participativa.

Palavras-Chave: Qualidade em Serviços; ISO 9000 na Educação; ISO 9000 em Serviços; Gestão da Qualidade.

¹ Artigo Científico apresentado ao Centro Universitário Nilton Lins (UNINILTON LINS) e ao Curso de Pós-Graduação em Gestão da Educação como requisito parcial para obtenção de nota.

ABSTRACT

This article aims to address quality management and participatory planning in educational institutions as a way to promote the necessary structural changes for a new model of planning, innovation and management of educational practice. Educational institutions can be understood as institutions that create, reproduce and transmit knowledge. The main function of an educational institution is the training of citizens and competent and critical professionals, capable of transforming the social, political and economic reality of the scenario in which they are inserted. Technological changes and the speed of information circulation put contemporary society in the face of an eternal quest for knowledge. Survival in a competitive market only occurs for companies based on the competence and talent of their human assets. Meeting the demands of the market requires creative and innovative professionals, with the ability to adapt to the transformations of the contemporary world. In this context, where the search for improvement is constant, educational institutions are the providers of intellectual capital. However, the educational structure itself needs to undergo some changes in order to offer professionals who are prepared to meet the new needs of society in the 21st century. How should educational institutions proceed to promote participatory planning that takes into account the interests of society and the demands of the new forms of work imposed by the knowledge society? Participatory planning, improved investments in education and teacher qualification are the key points to adjust educational institutions to the parameters demanded by the contemporary world and by participatory democracy.

Keywords: Quality in Services; ISO 9000 in Education; ISO 9000 in Services; Quality management.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é avaliar, de forma geral, a implantação da Gestão da Qualidade em Serviços na área de educação. Objetiva-se abordar os principais aspectos desse novo tipo de gestão em duas escolas da rede pública em Manaus (AM). Baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e PCE – Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio do Estado do Amazonas/ SEDUC a escola procura sempre se adequar quanto ao currículo escolar. Essa adequação é feita todos os anos na avaliação do projeto político pedagógico junto com os representantes de cada segmento da escola, com todos os professores. Como o projeto político pedagógico representa a identidade da escola, para tanto, a cada ano que se inicia ele é além de avaliado é validado como um documento oficial, conforme determinações da SEDUC.

As mudanças tecnológicas e a velocidade da circulação das informações colocam a sociedade frente a uma busca eterna pelo conhecimento. A sobrevivência em um mercado competitivo só ocorre para empresas alicerçadas na competência e no talento de seu patrimônio humano. Atender às exigências do mercado exige profissionais criativos e inovadores, com capacidade de adequação às transformações do mundo contemporâneo. Nesse contexto, onde a busca pelo aperfeiçoamento é constante, as escolas e as universidades são as provedoras do capital intelectual. Entretanto, a própria estrutura educacional necessita sofrer algumas mudanças, para oferecer profissionais preparados para suprir as novas necessidades da sociedade do século XXI.

O crescente desenvolvimento da Indústria de Serviços, associado às limitações das estruturas tradicionais de operações oriundas da área industrial, tem exigido, para as Operações de Serviços, novos modelos de gestão. Neste contexto, onde os serviços se caracterizam pela intangibilidade e conseqüente dificuldade de critérios objetivos e padronizados de avaliação, destaca-se uma área onde os padrões de qualidade parecem ser cada vez mais relevantes e para a qual parece ainda não haver respostas definitivas quanto a qualidade da gestão de operações. Esta é a área da educação. Um dos modelos de gestão pela qualidade que tem sido cada mais freqüentemente adotados nas escolas deste nível de ensino se baseia na adoção e implantação de um sistema de garantia da qualidade com base na família de normas denominada NBR ISO 9000.

A certificação segundo as normas da família NBR ISO 9000 tem sido encontrada cada vez mais freqüentemente no setor de serviços e particularmente na área de educação. Diversas escolas de ensino fundamental e médio têm seguido este modelo de gestão como forma de melhorar sua organização e também de apresentar ao mercado um atestado de garantia da qualidade das operações internas. No entanto, pelas dificuldades internas de interpretação da norma e de implantação da mesma, não parece estar claro para os pais dos alunos o real significado desta certificação. Ainda carece de melhor avaliação os resultados obtidos pelos alunos em termos de aprendizagem, assim como é de difícil mensuração o impacto final de todo este esforço.

Um dos problemas na aplicação destas normas na educação é a barreira criada junto às escolas, por uma estrutura de requisitos que não apresenta uma lógica similar às suas operações. Outra dificuldade é a da terminologia que, proveniente da área industrial, parece afastar as pessoas ligadas a Serviços, criando barreiras de difícil transposição. Adicionalmente, a relativamente pequena quantidade de certificações existentes ainda dificulta o intercâmbio de experiências. Neste trabalho discute-se a aplicação da família de normas ISO 9000 nos serviços de educação, sob um enfoque de macroprocessos organizacionais, apresenta-se uma interpretação da norma contratual NBR ISO 9002 aplicada ao ensino fundamental, médio e técnico, destacando-se as limitações desta que pode ser considerada uma ferramenta de gestão.

O procedimento inicial para a implantação da Gestão da Qualidade parte de uma reunião pedagógica, com a presença da assessora pedagógica da escola representante da coordenadoria distrital três (03), da qual a escola faz parte, está vem até a escola para socializar orientações e modelos de PPP com todos esses representantes essas reuniões também ocorrem ao longo do ano letivo nos planejamentos bimestrais. Estas orientações servem como base para dar continuidade aos trabalhos delineados no projeto pedagógico, além de traçar metas avaliando objetivos, pontos positivos, bem como adequando pontos que precisam ser melhorados, neste momento há também um incentivo a importância da participação de todos na elaboração do projeto político pedagógico.

Outro ponto desafiante é integrar pais e ou responsáveis ao processo ensino-aprendizagem, quando isso acontece mais resultados de aprovação a escola obtém e menor será o índice de abandono, percebe-se que pais querem seus filhos na escola mais a grande maioria dificilmente acompanham o desempenho de seu filho ao longo do ano letivo e quando isso acontece já é final do ano e logo algumas vezes é tarde demais para reverter à situação de reprovação da qual seu filho se encontra.

Para mudar esse quadro faz-se necessário realizar reuniões bimestrais onde os pais são convocados a participarem, através de comunicados, além disso, os coordenadores de área e pedagogo

solicitam dos professores nomes de alunos em situação crítica e evidenciado essa situação os pais são chamados até a escola também através de comunicados. Para dar validade ao processo os resultados ficam registrados em um livro de registro respaldando a escola e assegurando a transparência da ciência dada a ambas as partes em relação ao comparecimento dos pais e ou responsáveis.

2. AS NOVAS EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS E OS NOVOS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

As sociedades contemporâneas e o sistema internacional como um todo estão passando por processos de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais extremamente rápidos e profundos que põe definitivamente em questão as teorias e os conceitos, os modelos e as soluções anteriormente considerado eficazes para diagnosticar e resolver as crises econômicas, políticas e sociais que afetam os Estados Nacionais, as organizações e as pessoas como um todo. A pobreza extrema em uma parte bastante significativa da população mundial, o agravamento aparentemente irreversível das desigualdades sociais em virtualmente todos os países, a degradação ambiental e a ausência de soluções concretas para qualquer um desses problemas, deixa claro que o que está em crise é o próprio modelo civilizacional na sua totalidade, ou seja, o paradigma da modernidade (MAGNOLI, 2003).

De acordo com Libâneo et al., (2000), no mundo globalizado as pessoas precisam estar preparadas para uma interpretação crítica das transformações estruturais que ocorrem em escala nacional e mundial. Nesse mundo de intensas transformações científicas, econômicas e tecnológicas, as sociedades precisam de uma formação geral sólida capaz de ajudá-las na sua capacidade de pensar cientificamente os problemas humanos. A par disso, as escolas e as universidades devem ter um papel fundamental no fortalecimento da sociedade civil, das entidades, das organizações e movimentos sociais. As escolas e as universidades têm um papel imprescindível quando se trata da preparação das novas gerações para enfrentar os desafios e as exigências impostos pela sociedade pós-industrial.

Diante dessas exigências, as escolas e as universidades precisam oferecer serviços de qualidade e uma educação de qualidade, de modo que os alunos que passem por ela ganhem melhores e mais efetivas condições de exercício da cidadania política e social (democracia política e social¹). Para melhorar a qualificação dos professores é necessária uma política de investimentos em educação por parte do governo que incentive a atividade docente a se qualificar e se preparar melhor para as novas exigências do mundo pós-moderno. A melhoria das universidades passa também pela melhor estruturação das mesmas, fato que também exige melhores investimentos em educação superior (LIBÂNEO et al., 2000).

Segundo Teodoro & Vasconcelos (2005) é certo que no mundo contemporâneo - neste momento da história ocidental dominado pela sociedade pós-moderna ou pós-industrial - ocorre um acentuado avanço nas comunicações e na informática e telemática, além de tantas outras inovações tecnológicas e científicas. Essas transformações intervêm nas várias esferas da vida social, provocando mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, afetando, também, as escolas e universidades e o exercício

¹ A Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece como condição prioritária de desenvolvimento de um país a adoção da democracia plena, ou seja, não apenas a democracia política, mas também a democracia social, a modernização da sociedade e a plena cidadania (VESENTINI, 2005).

profissional da docência.

Na esfera econômica o fenômeno mais importante é a globalização dos mercados. A competitividade internacional leva as modificações nos padrões de produção e consumo. Novas tecnologias de produção afetam a organização do trabalho, modificando cada vez mais o perfil do trabalhador necessário para esse novo tipo de produção. Surgem novas profissões, desaparecem outras. Existe uma tendência de intelectualização do processo de produção implicando mais conhecimento, uso da informática e de outros meios de comunicação, habilidades cognitivas e comunicativas, flexibilidade de raciocínio, etc., (TEODORO & VASCONCELOS, 2005).

Para Magnoli (2003) as mudanças na política também são visíveis, principalmente se pensa que os interesses políticos estão sendo subordinados às regras da mundialização da economia. O poder das finanças toma conta do mundo, comprometendo a soberania dos Estados-Nações. Vai desaparecendo a idéia de nação de valores nacionais, de tradições locais. Os governos dos países periféricos do capitalismo mundial vêm reduzindo suas responsabilidades sociais em relação às políticas públicas para a educação, saúde e previdência em consequência da aplicação da política econômica do neoliberalismo².

De acordo com Frigotto (1996), a participação das pessoas na vida política vem perdendo força, as organizações tendem a ficar enfraquecidas e diminuem os laços de solidariedade entre as pessoas. No campo ético, também ocorrem mudanças preocupantes. A padronização de hábitos de consumo e de gostos tem levado o individualismo e o egoísmo estão acentuados. Valem mais os interesses pragmáticos e imediatos dos indivíduos do que princípios e valores, atitudes voltadas para a vida coletiva, para a solidariedade, para o respeito à vida e ao meio ambiente natural.

Ainda, para Frigotto (1996), o quadro de transformações sociais apontados sugere o desenho de um circuito integrado envolvendo os avanços tecnológicos, o novo modelo de produção e desenvolvimento, a qualificação profissional e a educação. O novo paradigma produtivo acompanha o processo de internacionalização da economia provocando modificações no processo de produção, no perfil dos trabalhadores, nas relações de trabalho, nos hábitos de consumo. Por sua vez, uma nova economia da educação, em boa parte sustentada nos avanços tecnológicos e na difusão da informação, estaria supondo bases mínimas de escolarização que o capital necessitaria para fazer frente às novas necessidades de qualificação e re-qualificação profissional. Isso que implicaria uma acentuação da formação geral, principalmente, em termos de desenvolvimento de habilidades cognitivas, flexibilidade de raciocínio, resoluções de problema e tomada de decisões.

Quais seriam os indicadores de qualidade de ensino hoje para a reorientação de objetivos no ensino tendo em vista uma educação emancipadora e crítica? Há poucos estudos sobre isso, e menos ainda sobre suas implicações na sala de aula. Todavia, há um consenso de que uma teoria crítica da educação proporia um processo formativo abrangendo a totalidade do ser humano. No entanto, trata-

² Doutrina política e econômica teorizada pelo economista norte-americano Milton Friedman na década de 1970 e colocada em prática nos Estados Unidos e na Europa na década de 1980. Defende a desregulamentação da economia, o Estado-Mínimo e não intervencionista, a redução do déficit público, o controle da inflação, a redução dos gastos sociais do governo, etc., (MAGNOLI, 2003).

se ainda de uma declaração genérica. É preciso traduzir objetivos genéricos em práticas concretas nas universidades. Nesse sentido, cumpre reconhecer que há uma significativa mudança nas condições objetivas de produção, ou seja, os avanços tecnológicos não resultariam meramente de uma estratégia consciente dos empresários ou tão somente de imperativos estruturais do capitalismo, mas de uma conjugação mais complexa de fatores (LIBÂNEO, 2000).

Uma teoria crítica para a melhoria do ensino fundamental, médio e superior (e da educação em geral) não pode ignorar as conexões entre educação e economia. Os intelectuais militantes e profissionais que desejam discutir a linguagem da possibilidade para além da linguagem da crítica, realmente enfrentam dilemas. Para compor esse esforço, propõe-se a discussão de um conjunto de objetivos para uma educação superior de qualidade. Segundo Libâneo (2000, p. 37), a qualificação do ensino superior deve passar pelos seguintes itens:

- Preparação para o mundo do trabalho: em que as universidades (e as escolas) se organizem para atender às demandas econômicas e de emprego, inclusive para formas alternativas, visando à flexibilização que caracteriza o processo produtivo contemporâneo e adaptação dos trabalhadores às complexas condições de exercício profissional no mercado de trabalho. Trata-se de uma universidade unitária, centrada na formação geral do indivíduo e que valorize e articule o conhecer, o valorizar e o agir; e, na cultura tecnológica, desenvolver a capacidade de fazer escolhas valorativas, tomar decisões, fazer análises globalizantes, interpretar informações de toda natureza, pensar estrategicamente e de flexibilidade intelectual;
- Formação para a cidadania crítica: ou seja, formar um cidadão-trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para integrar o mercado de trabalho. A universidade deve continuar investindo na ajuda aos alunos no sentido de eles se tornarem indivíduos críticos, a se engajarem na luta pela justiça social, a situarem-se competente e criticamente no sistema produtivo;
- Preparação para a participação social: em termos de fortalecimento de movimentos sociais, não apenas os que envolvem setores amplos da sociedade, mas também aqueles localizados, baseados em interesses comunitários mais restritos, no bairro, na região, nos pequenos grupos, organizados em associações civis, organizações não governamentais (ONGS), etc. A preparação para a participação social é uma exigência educativa para viabilizar o controle público não-estatal sobre o Estado, mediante o fortalecimento da esfera pública não estatal e que implica no desenvolvimento de competências sociais como relações grupais e intergrupais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidade sócio-comunicativa, de liderança e de solução de problemas, etc.;
- Formação ética: explicitando valores e atitudes por meio das atividades educacionais. Trata-se de formar valores e atitudes diante do mundo da política e da economia, o consumismo, o sexo, as drogas, a depredação ambiental, a violência, e perante também, as formas de exploração que se mantêm no capitalismo contemporâneo.

Segundo Cortesão (2002), os dispositivos de diferenciação pedagógica que se definem habitualmente pela sua reinvenção em cada contexto (pela necessidade sentida de se adaptarem) têm sido, até agora, somente analisados relativamente em relação à atuação de professores face à heterogeneidade sócio-cultural com que progressivamente têm se confrontado. Os professores em geral sentem a necessidade de estabelecer “pontes” entre culturas e visões de mundo diferentes em consequência da multiplicidade cultural que existe em todo o planeta integrada pelos meios de comunicação e pelas relações sociais.

Segundo Libâneo (2000, p. 30):

O ensino deve ser entendido (...) como ao processo de ensino-aprendizagem. Ajuda necessária porque sem ela é muito pouco provável que os alunos cheguem a aprender, e a aprender de maneira mais significativa possível, os conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e para a sua capacidade de compreensão da realidade e de atuação nela. Entretanto, só ajuda, porque o ensino não substitui a atividade mental construtiva do aluno, nem ocupa seu lugar.

Colom (1994; *apud* LIBÂNEO, 2000, p. 27) explicita a universidade como um espaço de síntese, afirmando:

(...) um espaço onde seja possível, em uma sociedade culturalizada pela informação das multimídias e pela intervenção educativa urbana, realizar a necessária síntese doadora de sentido e de razão crítica de todas as mensagens-informação acumuladas de forma diversas e autônomas através dos meios tecnológicos. Síntese e significado enquanto reordenação e re-estruturação da cultura recebida em mosaico. Dessa forma, conceber a universidade como um espaço de síntese é acreditar nela como uma estrutura possibilitadora de significado mais do que como estrutura possibilitadora de informação.

Segundo Magnoli (2003), desde o início da década de 1990, o mundo contemporâneo vem passando por grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que, embora já viessem acontecendo desde o início da década de 1970, foram acentuadas com a desintegração do Mundo Socialista no início dos anos de 1990. A partir de então, o processo de globalização (mundialização) se acentuou com a integração de forma gradual das economias estatizadas (planificadas) à economia de mercado. Os blocos geopolíticos da época da Guerra Fria³ (1947-1991) com a conseqüente divisão do mundo em duas esferas de influência ideológica, política e econômica, foram substituídos pelos blocos geoeconômicos constituídos por agrupamentos de Estados-Nações que se unem para ganhar mais competitividade na economia global.

³ Conflito político-ideológico, econômico e militar existente entre as duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No plano internacional, a Guerra Fria foi caracterizada por uma ausência simultânea da paz e da guerra entre as superpotências. No plano ideológico-militar foram constituídas alianças militares dos dois lados para garantir suas respectivas esferas de influência. Terminou definitivamente com a desintegração da União Soviética em 1991 (MAGNOLI, 2003).

Diante de todas essas transformações em nível mundial, os países periféricos precisam se organizar para enfrentar essa nova era do capitalismo e para a inserção das suas economias nacionais na economia-mundo. As nações que quiserem acompanhar os ritmos dessas transformações precisam investir prioritariamente em educação e pesquisa científica e tecnológica. Necessitam treinar e qualificar a mão-de-obra. Não existe empresa moderna sem uma força de trabalho moderna. É necessário um processo de melhoria geral e eficiência das escolas e das universidades no sentido de se desenvolver projetos de pesquisa próprios, que tirem o país da completa dependência tecnológica externa em relação aos países desenvolvidos. É necessário modernizar a sociedade e garantir a democracia social e conjunto com a democracia política (MAGNOLI, 2003).

Para Brandão (2004), os professores, as escolas e as universidades têm um papel fundamental para essas transformações sociais. Os bons sistemas educacionais nos países de economia mais avançada e com boa qualidade de vida não dispensam o professor que é visto como insubstituível no processo ensino-aprendizagem. Nenhum método de ensino utilizando tecnologia (vídeo-aula, tele-aula, Internet, etc.), pode transmitir conhecimento como um bom professor que pode contar, inclusive, com a sua experiência. O que é necessário é treinar e qualificar professores para essa nova realidade do processo educacional. No Brasil, fala-se muito em construir novas escolas e universidades - porque isso promove mais desvio de verbas do que simplesmente reformar as que já existem e equipá-las - mas, os programas de qualificação de professores são poucos e em algumas regiões do país inexistem.

Nesse início de século XXI, o capitalismo globalizado neoliberal enfrenta três graves problemas em nível mundial: 1) o aumento das desigualdades internacionais, que geram outros vários e complexos problemas como o tráfico internacional de drogas e mulheres, as migrações intercontinentais e intracomunitárias, o terrorismo, etc.; 2) o aumento dos racismos e a crescente xenofobia, especialmente na Europa e no Oriente Médio; e, 3) a crise ecológica mundial, procurando solucionar os problemas que afetam o meio ambiente em todo o planeta (VESENTINI, 2005).

O professor é um elemento imprescindível para a educação mesmo se levando em conta que hoje se vive na sociedade da informação e do conhecimento. Sem o professor as informações não seriam sistematizadas e repassadas aos estudantes de forma pedagógica e didática. Ter acesso à informação é essencial, saber utilizar a informação em benefício próprio e para solucionar problemas em todos os níveis é melhor ainda. O ensino superior deve passar por uma profunda reformulação de seus objetivos para atender às exigências do mundo pós-moderno. O investimento em educação através de uma política governamental que melhore de forma geral o ensino superior é fundamental (BRANDÃO, 2004).

Segundo Brandão (2004), a melhoria de qualquer sistema educacional ao longo da história sempre passou pela melhoria da qualificação do professor e pela estrutura da educação. No Brasil, são necessários investimentos maciços em educação para preparar a sociedade para enfrentar a Terceira Revolução Industrial e as transformações estruturais pelas quais o mundo vem passando. Essas medidas devem priorizar as universidades públicas para democratizar o acesso de grandes parcelas da população ao conhecimento e alavancar o desenvolvimento econômico, social e político.

As escolas e as universidades com que se sonham são aquelas que asseguram a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura e suas várias manifestações: a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, pela ética, bem como a cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana. Essa universidade deve formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida cotidiana contemporânea, implicando articular os objetivos tradicionais da universidade - transmissão-assimilação ativa dos conteúdos, desenvolvimento do pensamento autônomo, crítico, criativo, formação de qualidades morais, atitudes, convicções – às exigências impostas pela sociedade comunicacional, informatizada e globalizada.

Nos países em desenvolvimento, as escolas e as universidades do século XXI devem se reformular para acompanhar as mudanças que vêm ocorrendo no mundo desenvolvido em função da Revolução Tecnológica. As universidades devem prover pessoas com boa formação acadêmica e profissional, com maior competência reflexiva, integração crítica com as mídias e multimídias, conjunção da universidade com outros universos culturais, conhecimento e uso da informática, formação continuada (aprender a aprender) capacidade de diálogo e comunicação com os outros, reconhecimento das diferenças, solidariedade, qualidade de vida, preservação ambiental. Trata-se de se reconhecer a universidade como espaço de integração e síntese.

Num mundo globalizado os alunos precisam estar preparados para uma leitura crítica das transformações que ocorrem em escala mundial. Nesse mundo de intensas transformações científicas e tecnológicas, os universitários precisam de uma formação geral sólida capaz de ajudá-los na sua capacidade de pensar cientificamente os problemas humanos. A par disso, a universidade deve ter um grande papel no fortalecimento da sociedade civil, das entidades, das organizações e movimentos sociais. Mas, as escolas têm um papel imprescindível quando se trata da preparação das novas gerações para enfrentar os desafios e as exigências impostos pela sociedade pós-industrial.

Diante dessas exigências, a escola precisa oferecer serviços de qualidade e um produto de qualidade, de modo que os alunos que passem por ela ganhem melhores e mais efetivas condições de exercício da liberdade política e intelectual. Para melhorar a qualificação dos professores é necessária uma política de investimentos em educação por parte do governo que incentive a atividade docente a se qualificar e se preparar melhor para as novas exigências do mundo pós-moderno. A melhoria das universidades passa também pela melhor estruturação das mesmas, fato que também exige melhores investimentos em educação. É preciso resgatar a profissionalidade do professor, reconfigurar as características de sua profissão na busca da identidade profissional.

3. HISTÓRICO E PERFIL DA ESCOLA ROXANA PEREIRA BONESSI

A Escola Estadual de Tempo Integral Professora Roxana Pereira Bonessi, situada à Rua Enzo Ferrari, S/N, Colônia Oliveira Machado, traz na construção do seu Projeto Político Pedagógico uma síntese dos princípios, diretrizes e prioridades estabelecidas a partir de um estudo coletivo pela comunidade escolar. Cumprindo desse modo, a função democrática da escola e o compromisso com a formação de cidadãos críticos capazes de atuarem na transformação da sociedade. A Escola foi inaugurada no dia 05 de abril de 2006 e instituída através do Decreto Lei nº. 24.152 de 12 de abril do

mesmo ano, pelo Exm^o. Governador Dr. Eduardo Braga, tendo a frente da Secretaria de Educação a Prof^a. Vera Lúcia Marques Edwards e como Gestora a Professora Francisca Cunha Lima, formada em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Pós-graduada em Gestão Administrativa.

A Escola tem por patrono a Tenente e Professora por vocação Roxana Pereira Bonessi sendo esta uma homenagem póstuma. A mesma lecionou no Centro Integrado de Ensino Superior (CIESA), formada em Ciências Contábeis, pós-graduada em administração e auditoria interna e externa, fez mestrado em administração estava cursando o 2º ano de direito e atuava como oficial do Exército Brasileiro.

A referida escola começou suas atividades docentes no ano de 2004 com 280 alunos no turno matutino, com 06 turmas do ensino fundamental; em 2005 funcionou nos três turnos com 745 alunos e em 2006 com 1.071 alunos. Em 2007 a escola passou a funcionar com escola de Tempo Integral com 310 crianças, do I ciclo do Ensino Fundamental no diurno, e 282 alunos do ensino médio no noturno.

Em 2008, a escola atendeu 365 crianças, distribuídas nas séries do 1º ao 4º ano do Ciclo. Em 2009, a escola funcionou com 385 alunos distribuídos: uma turma de 1º ano, duas de 2º ano, duas de 3º ano (I Ciclo), duas turmas de 4º ano e quatro de 5º ano (II Ciclo). A referida escola tem por missão assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso do aluno na escola, formando cidadãos críticos e criativos, capazes de interagir na transformação da sociedade. Atualmente, a escola funciona com 400 alunos em turno diurno.

4. HISTÓRICO E PERFIL DA ESCOLA ESTADUAL SOLON DE LUCENA

O Colégio Comercial “Solon de Lucena” foi fundado no dia 25 de novembro de 1909, com o nome de “Escola de Comércio de Manaus” e pertencia ao Município. Entre 1921 e 1922 a Escola passou por sérias dificuldades financeiras, quando se achou por bem fazer um apelo ao Brasil, cujo atendimento partiu do Estado da Paraíba, que era governado pelo Sr. Solon Barbosa de Lucena, e numa prova de reconhecimento a este grande homem público, foi-lhe dado o nome de Escola Municipal de Comércio Solon de Lucena.

No ano de 1954, dadas as dificuldades pelas quais atravessava a Comuna Manauara, a escola passou para a gestão do Estado. Com a incorporação ao Estado Amazonas passou a denominar-se “Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena” através da Lei nº1097 de 02 de agosto de 1921, em homenagem ao Governador do Estado da Paraíba Solon Barbosa de Lucena. A Lei nº. 314, de dezembro de 1953, autorizou o poder executivo ao concordar com a transformação da Escola em Estabelecimento Estadual e a Lei nº. 293, de 30 de junho de 1954, incorporou-o ao Estado. Durante anos o Colégio funcionou nas seguintes repartições: Rio Negro Clube; Marechal Hermes; Escola Municipal de Educação do Amazonas; Nilo Peçanha; Justiça do Trabalho e Câmara Municipal.

A Escola Estadual Solon de Lucena é mantida pelo governo do Estado, através da Secretária de Estado da Educação e Qualidade de Ensino e atualmente passa pela gestão do Sr. Emanuel Soares Cardozo, e vem sendo reconhecida pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, especialmente no ano 2009 ganhando destaques pela participação em projetos, concursos e olimpíadas

nacionais como: participação de dois projetos financiados pela FAPEAM (Fundação de Amparo a Pesquisas do Amazonas) sobre meio ambiente e leitura e poesia, participação do II Concurso de Redação do Senado Federal, VI Concurso de Produção de textos, Desenhos Artísticos e Mostra Cultural sobre o Trabalho infantil sendo premiada em 1º e 2º lugar em poesia e 2º e 3º em prosa, Concurso de Redação – INPA 55 (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), 2ª lugar na 1ª Olimpíada de História do Brasil.

Em busca da melhoria contínua na qualidade de ensino, é importante ressaltar que o governo do Estado do Amazonas, através da Secretária de Educação, na pessoa do Sr. Gedeão Amorim em parceria com a Secretaria de Planejamento vem implantando nesta escola, desde Maio de 2009 o Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001: 2008. Através da SEDUC, em 2009 a escola adotou o Projeto Piloto para Ensino Médio, que propõe uma nova política organizacional que visa melhoria na qualidade de ensino. A escola Piloto tem sua organização modificada, com acréscimo de pessoal com funções diferenciadas para atender uma clientela específica.

Essa proposta organizacional exige o acréscimo das seguintes funções: coordenação administrativa (serviços gerais e secretaria) e coordenação pedagógica (pedagogo, coordenação de área, apoio pedagógico) além de técnico em laboratório de informática, técnico em laboratório de ciências (ainda não cedido pela secretaria) bibliotecário. Para atender essa proposta e manter a dinâmica de funcionamento da instituição, a escola conta com um significativo quadro de funcionários como: 01 gestor, 03 pedagogos, 03 coordenadores de áreas, 04 apoios pedagógicos, 02 professores para ambiente de mídia, 01 bibliotecário, 97 professores e 32 funcionários para os serviços gerais.

Essa organização de trabalho trouxe pontos relevantes direcionados à escola, aos alunos e para a comunidade, entre os quais se pode destacar: para a escola foi a definição do padrão de trabalho, toda instituição seja ela pública ou privada, deve apresentar um sistema de liderança da organização e o comprometimento da equipe que está a frente, junto a direção, com a implementação do projeto piloto, houve uma dinâmica nos serviços oferecidos, um exemplo, que se pode notar é a clara distinção do que envolvem as questões administrativas e o que envolve as questões pedagógicas, assim, tudo que tem a ser feito até a chegada do aluno e professor a sala de aula quem age é a parte administrativa e tudo que é necessário para atender alunos e professores dentro da sala de aula ficam sob a responsabilidade da parte pedagógica, tendo a clara visão de que uma interage com a outra.

Além disso, o acréscimo da coordenação por área anexa as questões pedagógicas possibilitou a troca de experiências entre professores e melhor identificação das competências e habilidades das áreas afins e viabilizou a execução dos projetos interdisciplinares na escola. Para os alunos a escola tornou-se mais acessível, pois viabilizou ações que favoreceu a tal processo como: Melhoria na interação Aluno-Professor-Gestão-Comunidade, contribuiu para o desenvolvimento social e intelectual (Orientação Educacional), uma vez que, os alunos são selecionados considerando idade e desempenho escolar (respeitando habilidades) e o pedagogo pode intervir mais nas questões indisciplinadas, houve uma abertura maior para a participação em eventos sócio-educativos e culturais, a equipe padronizada pode fomentar parcerias com universidades, empresas.

Um dos Exemplos de ações que tornaram a escola mais acessível foram a implantação do reforço escolar no contra turno, aulas aos sábados (visando ENEM para os 3º anos), o projeto desporto, a

fanfarra, projeto de educação ambiental, projeto leitura e poesia, participação em concursos e olimpíadas nacionais, fóruns, projetos financiados pela FAPEAM (fundação de amparo a pesquisa), uma vez que, traz incentivos financeiros com bolsas para alunos que participam, etc.

Quanto à comunidade, o exemplo a citar é o fortalecimento escola-família, e melhoria na qualidade do ensino oferecido. Sobre esses aspectos pode-se constatar que houve um considerável aumento no índice de aprovação para os últimos anos. Sendo assim, a escola vem experimentando uma mudança organizacional que só fomenta ainda mais o interesse de participarmos desse prêmio. Pois o Projeto Piloto exige articulação e plena participação de todos os agentes do processo, e entendemos que nossa participação ao prêmio nos dá o retorno de como estamos atuando com as novas mudanças.

Apesar da implantação do Projeto Piloto, deve-se ressaltar que nada sai das lineares do Projeto Político-Pedagógico, pois ele representa a identidade da escola, é a proposta pedagógica, sendo utilizado como ferramenta norteadora para todas as ações que virem a ser desenvolvidas pela escola, fazendo da mesma o principal elo entre comunidade e alunos e todos que direta ou indiretamente participam do processo educacional. Os fundamentos que envolvem o projeto político pedagógico da escola nos encaminham a um pleno incentivo à participação da família, como elemento importante de parceria para combater o fracasso escolar.

O Projeto Político Pedagógico da Escola procura por em prática as determinações do regimento interno da escola e dos parâmetros curriculares nacionais atribuídos pelo Ministério da Educação, bem como a proposta curricular do ensino médio indicada pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/AM. Ele atende as necessidades da escola de acordo com o perfil da classe estudantil e as metas estipuladas, para tanto, é flexível às constantes mudanças desse perfil e consequentemente em priorizar as metas a serem alcançadas.

As reuniões pedagógicas bimestrais e eventuais às necessidades, com pais e mestres é uma ferramenta que faz esse diagnóstico, tentando superar as dificuldades como indisciplinas individuais e coletivas que podem prejudicar o rendimento final. No início do ano letivo que junto aos professores e equipe pedagógica e administrativa, que são definidas as metas para o referido ano, caso o desenvolvimento para alcançar as metas encontre dificuldades ocasionado por indisciplina, por exemplo, ações de melhoria são levantadas para solucionar o problema.

Dessa forma, para garantir que as ações propostas sejam implementadas o Projeto Político Pedagógico é anualmente revisado de forma coletiva, por todos os segmentos da escola, baseando-se na função social da escola e do homem que queremos formar, procura sempre nova forma de se organizar. É oportuno lembrar que a adesão ao projeto piloto, a programas de desenvolvimento profissional, educacional, o planejamento bimestral, execução de projetos interdisciplinares, reuniões com pais e mestres, aquisição de recursos didáticos, formulação de planos de melhoria, são entre outras ações que acompanham o cumprimento do projeto político pedagógico que contribui na melhoria do processo ensino e aprendizagem.

O processo de gestão da escola está embasado em acompanhar e orientar as atividades inerentes ao complexo escolar, em zelar pelo desempenho global da instituição, em estimular a todos os

membros do processo a participarem de forma efetiva das questões que norteiam o ensino e a aprendizagem, tendo em vista, a continua atualização teórica e metodológica.

Para isso, a escola vem desempenhando ações que valorize todos esses processos como: de forma oportuna informa o órgão que a mantém e a comunidade escolar envolvida, divulgando através de reuniões, quadro de avisos, painel à vista, quanto aos índices de aprovação, reprovação e taxa de abandono e exames nacionais e estaduais como ENEM e SADEAM para assim estabelecer metas que objetivam melhorar a qualidade de ensino na escola, geralmente, é feito uma análise com dados tirados pelo sistema de informática da secretaria de educação e a equipe gestora mais a secretaria da escola fazem uma avaliação em forma de relatório para registrar os motivos pelos quais se obteve esses resultados.

Quanto ao que se refere em desempenho global da escola está se falando em ações que valorize o servidor da escola. Procura-se trazer para esta escola profissionais que atendam o perfil da instituição, vale lembrar que o acesso dos servidores se dá através de concurso público que exige, por exemplo, ao professor de matemática a graduação em matemática e a escola procura manter esse perfil. Porém, sabe-se que a prática em didática conta e muito para a melhoria do desempenho escolar e o gestor pode e tem livre autonomia de administrar a adequação desse perfil e sempre que é oportunizado cursos de aperfeiçoamento de pessoal de modo geral, eles são disponibilizados a esses servidores através de comunicados e avisos. Vale lembrar que a adequação desse perfil cabe para todos os funcionários.

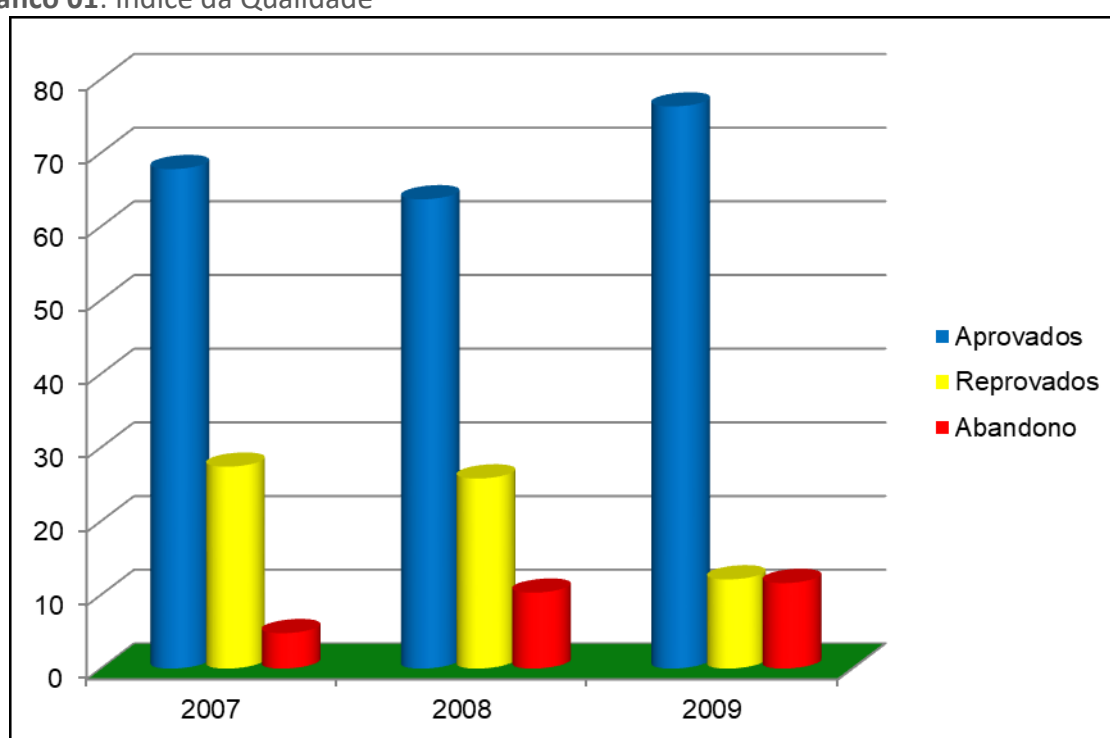
As atividades educacionais desenvolvidas, na escola Solon de Lucena têm como proposta, a empreitada para a construção de uma educação de qualidade, como já foi citado, porém é necessário observar todos os indicadores que determinam essa qualidade; como: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, acesso permanente e sucesso na escola (UNICEF, PNUD, INEP-MEC, 2004).

É patente que a escola vem adotando medidas para que a gestão participativa se cumpra de forma que o trabalho desenvolvido seja sempre revistos e avaliados. Isso por que se trata de um trabalho que é, no mínimo, desafiador já que lidar com pessoas em processo de formação é um trabalho arduo de curto e longo prazo e exige tal procedimento. Diante do que se espera de uma escola pode-se observar que muitos são os desafios, principalmente, no que diz respeito à aplicabilidade de uma gestão democrática, pois é a partir da aplicação deste processo que se podem alcançar os resultados que se espera para uma educação de qualidade.

A Escola Solon de Lucena tem como iniciativa participar do Prêmio Qualidade Amazonas por este realizar inúmeras oportunidades de socialização de experiências e, sobretudo, por fundamentar as iniciativas escolares, em detrimento ao valor social e a prática solidária das ações resultando em ganhos consideráveis ao contexto escolar, como se relata abaixo. Será, portanto, o registro da consolidação de uma escola que, há 100 anos, educa e forma cidadãos. Em 1969 ainda funcionando como escola técnica através da portaria nº. 121 teve os seguintes cursos reconhecidos pelo MEC: Ginásio de Comércio, Colegial de Contabilidade, Colegial de Administração de Empresas, Colegial de Estatística, Colegial de Secretariado.

Em 1996 na Escola Estadual Solon de Lucena foi implantado o Centro de Excelência Profissional “Solon de Lucena”, de acordo com a resolução nº. 76/97, do Conselho Estadual de educação do Amazonas, Art. 3º, aprovado em 29 de agosto de 1997, um novo modelo de Escola de 2º Grau que objetivava possibilitar um ensino profissional e acadêmico altamente qualificado, compatível com as novas e rápidas transformações científicas e tecnológicas, formando jovens capazes de suprir com eficiência as necessidades de Recursos Humanos de um mercado competitivo. Desempenho escolar nos últimos três anos: a escola vem trabalhando no sentido de mudar os índices negativos delineando ações preventivas para melhorar os aspectos que podem transformar esses índices como mostra o gráfico 1 a seguir.

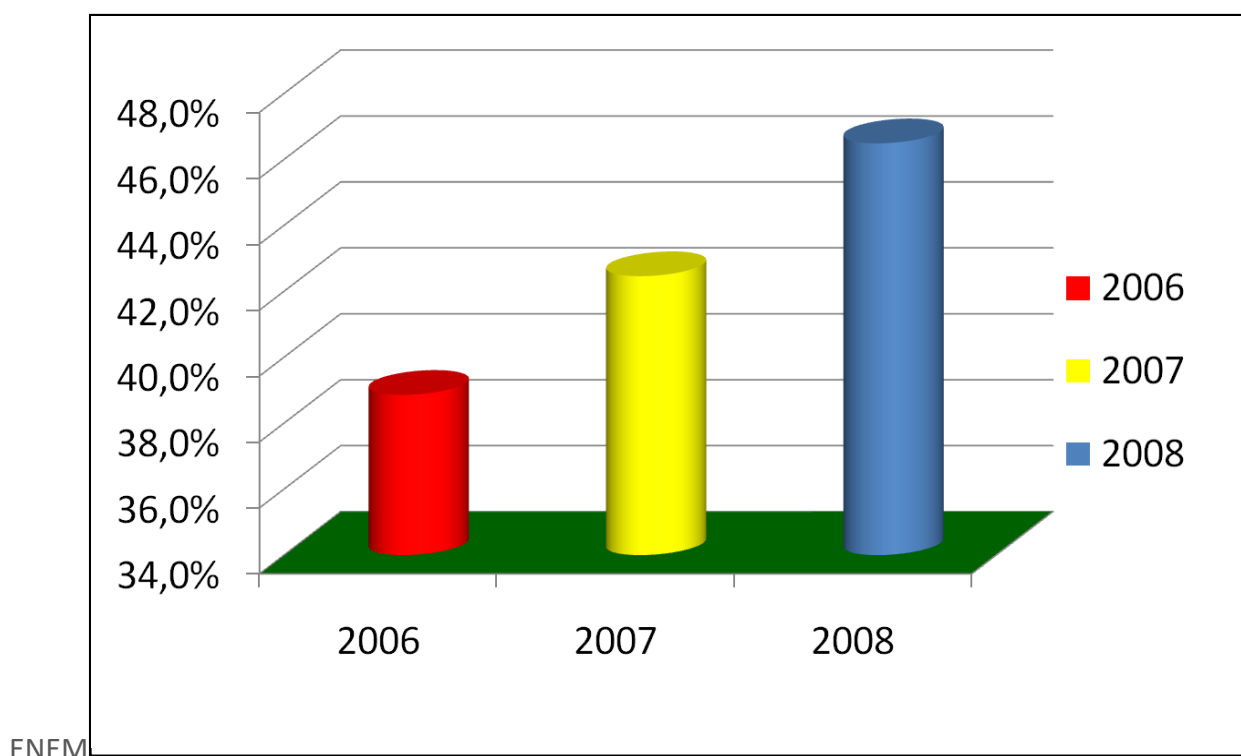
Gráfico 01: Índice da Qualidade



Fonte: Escola Solon de Lucena (2010).

Desempenho no exame nacional de ensino médio (ENEM): por se tratar de uma escola que atende na modalidade ensino médio, vem desenvolvendo ações que possam elevar o desempenho dos alunos no ENEM, como mostra gráfico 2 a seguir: ressalta-se que o índice para 2009 ainda não foram divulgados pelo MEC.

Gráfico 02: Índice de desempenho no



Fonte: Escola Solon de Lucena (2010).

Obs.: Ressalta-se que os índices para 2009 ainda não foram divulgados pelo MEC.

Com relação à participação com premiações em 2009, a escola vem sendo reconhecida pelo trabalho desenvolvido, ganhando destaques pela participação em projetos, concursos e olimpíadas nacionais como:

- Participação de dois projetos financiados pela FAPEAM (um sobre Meio Ambiente e outro sobre Leitura e Poesia), aqui estão envolvidos professores de biologia e língua portuguesa e alunos bolsista e ainda parceiros atuando como apoio técnico que não são necessariamente atuantes da escola, mais da comunidade.
- 2010 dois projetos foram aprovados: O Produção textual: implantação do programa “5S” na E.E. Solon de Lucena como habilidade científica, da professora Thatyana Silva e o Produção textual: o jornal escolar como ferramenta pedagógica, utilizando-se de pesquisa, leitura e interpretação do professor André Corrêa.
- Participação do II Concurso de Redação do Senado Federal: onde a aluna ficou classificada entre os dez melhores em texto escrito (redação), recebendo a premiação em Brasília/ Distrito Federal, com todas as despesas pagas pelo Senado Federal. Os professores de língua portuguesa atuam como líderes nesse contexto tendo o devido apoio da equipe pedagógica e professores das outras áreas.

- VI Concurso de Produção de Textos, Desenhos Artísticos e Mostra Cultural sobre o Trabalho Infantil sendo premiada em 1º e 2º em poesia e 2º e 3º em prosa.
- ► Concurso de Redação do INPA 55 anos ficando em 2º Lugar.
- Participou da 1ª Olimpíada Nacional de História do Brasil: ficando em 2º lugar, sendo este motivo de muito orgulho para a escola, pois se trata de um reconhecimento nacional que só trás estímulos positivos em incentivar nossos alunos dessas atividades mostrando-lhes que são capazes. Atuando e viabilizando para o sucesso dessa conquista esteve os professores de história e uma equipe de alunos.

Destaque no desporto: Equipe de professores de educação física.

- Em 2007 a escola detinha apenas uma equipe esportiva (handebol) que disputava os campeonatos pela escola.
- Em 2008 a escola reestruturou o projeto desporto conseguiu montar mais 6 equipes para disputar os jogos distritais que classifica para o JEA's (Jogos Estudantis do Amazonas). Foram classificadas quatro (4) equipes voleibol (masculino), handebol (masculino e feminino) e futsal (masculino).
- Em 2009 a escola já detinha equipes em todas as modalidades: voleibol, handebol, futsal, basquete, futebol de campo classificando três para o JEA's.
- Em 2010 classificou todas as equipes para o JEA's sendo que seis (06) conquistando o 1º lugar e uma o 2º lugar.
- Participação da aluna Zípora Neres do 3º03 representando o Estado no Parlamento Jovem MERCOSUL – no Uruguai ano 2010.
- É importante ressaltar que em busca da melhoria contínua na qualidade de ensino o governo do Estado do Amazonas através da Secretária de Educação na pessoa do Sr. Gedeão Amorim em parceria com a Secretaria de Planejamento vem implantando nesta escola, desde Maio de 2009 o Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008.

Para que os processos educacionais sejam uniformemente operacionalizados conforme os planos de ação/melhoria um calendário interno, o calendário de atividades da escola é editado com base ao calendário da SEDUC, para seguir um cronograma. A escola detém de um conjunto de projetos interdisciplinares internos que propiciam a dinâmica dos objetivos e metas estipuladas no projeto político pedagógico, esses projetos são contínuos e avaliados todos os anos para garantir que os objetivos comuns a comunidade escolar aconteça. Para isso eles são distribuídos por áreas tem uma coordenação geral (os coordenadores de área) que articulam os objetivos do projeto, define atribuições para assim garantir o que ficou definido nos planos elaborados.

De acordo com os planos de ação existe um responsável que garante o desenvolvimento da ação, por exemplo, reunião de pais e mestres ao final de cada bimestre. A escola sobre esse contexto desenvolve de forma regular o que foi planejado sempre integrando os envolvidos da seguinte forma: No início do ano escolar os professores junto à coordenação pedagógica participam da formação pedagógica cujo objetivo é envolver os mesmos de forma integrada as ações planejadas para o trabalho do ano, no primeiro dia são dadas as boas vindas, são feitas as apresentações dos participantes.

Essa formação ocorre ao longo de uma semana antes do início do ano letivo, nela são repassados aos professores de um modo geral as lineares previstas no projeto político pedagógico, a sugestão do calendário de atividades do ano, e as metas são colocadas para apreciação e coleta de sugestões, avaliação do projeto. Nos outros dias são tratados os assuntos relacionados às práticas pedagógicas como: as propostas curriculares voltadas para o ensino médio, ENEM, e outros exames, vale lembrar que os professores são convidados a participar da elaboração efetiva do que vai realmente acontecer durante o ano letivo, a coordenação apenas coloca as ações que já existem para serem continuadas, cabe nesse momento avaliar de forma sistemática o que deu certo no ano anterior e melhorar se for o caso.

Posteriormente são feitas reuniões bimestrais entre pais e mestres e coordenação pedagógica, com datas marcadas por série, primeira reunião com os 1º anos, depois 2º ano e por ultimo 3º anos, a pauta da reunião é organizada pela coordenação pedagógica de acordo com que ficou acertado com os professores e gestor na formação pedagógica, a primeira reunião acontece logo no início do ano letivo para dar ciência a comunidade escolar das ações planejadas no projeto político pedagógico para o referido ano, além de esclarecer pontos como normas do regimento interno da escola, questões de indisciplina onde os pais tomam ciência de como são tratadas as questões disciplinares, os professores são apresentados aos participantes, os pais recebem um informativo geral da organização da escola e o calendário de atividades planejado em conjunto com os professores.

Com os alunos também se faz uma reunião: está se dá por série, um dia para cada série, pois se entende que devem ser respeitadas as situações de cada série, por exemplo, aos alunos dos 1º anos a reunião deve ser mais abrangente, principalmente, em dar ciência aos aspectos disciplinares e organizacionais da escola, pois são alunos novatos que pela primeira vez vão ingressar na escola. Em seguida as reuniões são feitas com as outras séries. A escola ainda procura incluir nesse processo os funcionários da escola que atuam nos serviços gerais (merendeira, vigias, funcionários da limpeza geral). Pois eles devem estar cientes das normas da escola até para auxiliar na cobrança sobre limpeza, fardamento, horário de entrada, zelo do patrimônio, etc.

Diante das ações efetivamente desempenhadas cabe a equipe gestora colocar os resultados à vista em uma forma de informar a coletividade de como as ações traçadas está sendo desenvolvidas e coladas em pratica para assim garantir que o que foi decidido em comum permanece e acontece. Para tanto a escola faz uso de um painel de gestão à vista, painel pelos corredores da escola com comunicados, circulares e outros meios de comunicação capaz de dar transparência as ações da escola como um todo.

Outra ação que a escola vem desempenhando para agregar os alunos visando uma concepção educacional comum aos propósitos e ações planejadas da escola são as reuniões feitas com os representantes e vice-representantes de turma. Essas reuniões não são regulares mais quando necessário elas são marcadas com antecedência. Não é regular para não ficar retirando os alunos da sala de aula mais quando se precisa comunicar ou resolver um problema com os alunos esse representante é convocado para colocar em apreciação para as turmas, um dos objetivos dessa ação é também valorizar o respeito entre os colegas, sendo este representado por alguém que convive diariamente com ele na sala de aula.

O ambiente escolar é sempre disponibilizado para atender aulas que requer a utilização de recursos didáticos. Essa disponibilização vai desde a preocupação em dar adequação ao ambiente

quanto ao controle da utilização desses recursos. Quando um professor, por exemplo, agenda o data show fica a sua disposição o auditório da escola para a realização da aula, se ele preferir também pode levar o recurso para a própria sala de aula, que tem adequação nas instalações elétricas para atender esse material. A biblioteca, sala de informática, sala de ciências são instalações que a escola oferece para realização de aulas extraclasse e todos passam por um controle de utilização e limpeza.

A manutenção de infra-estrutura acontece através da Secretaria de Educação e é acompanhada pelo gestor e coordenação administrativa, quando ocorre algum problema de infra-estrutura a escola através de ofício solicita com urgência essa manutenção, pois esse é um fator que afeta diretamente os problemas de rendimento do aluno. O controle de utilização do espaço escolar deve atender o objetivo da prevenção assim como de evitar que o problema chegue efetivamente. A quadra de esportes é outro exemplo de que as instalações da escola são usadas para os devidos fins e é bastante utilizada nos finais de semana para o desenvolvimento dos treinamentos do projeto desporto e aulas de reforço preparatório para o ENEM, além de cursos oferecidos para a comunidade. Para administrar a utilização dos recursos didáticos à escola tem para esta função um agente de mídia que viabiliza essa dinâmica de recursos didáticos.

No ano de 2009 muitas coisas que estavam esquecidas dentro da escola foram aos poucos sendo implantadas e resgatadas para a escola. Entre elas a implantação da APMC que apesar de ainda estar em processo de organização já está totalmente legalizada e já vem aos poucos atuando e se revalidando. E através dela já pode adquirir alguns bens materiais que atendessem a dinâmicas das aulas como: mais 01 data show, uma escada (para melhorar na limpeza dos tetos da escola que são típicos de um prédio antigo, altos e enormes) e um notebook para uso com o data show.

Além dessa viável forma de aquisição de recursos financeiros a escola também mobilizou e organizou com professores, funcionários e alunos uma festa junina para levantar recursos financeiros para compra de materiais de reparo e manutenção da escola, são ações de pequeno porte mais que são necessárias para o devido fim. Apesar disso, essa ação possibilitou maior interação dos alunos e participação da comunidade escolar, na verdade foi mais uma constatação de que estamos empenhados em garantir o real papel da escola que é a formação humana capaz de socializar-se em todos os aspectos.

Para a obtenção de recursos a equipe gestora planeja as metas e os objetivos em reunião com a comunidade docente e posteriormente com os alunos para dar início às atividades, foi o caso da festa junina. Na reunião bimestral com pais e mestres foi feita a prestação de contas com os pais enfatizando pontos positivos e negativos. Nessa oportunidade os pais são estimulados a participar das próximas atividades festivas e culturais da escola. O acompanhamento é contínuo e satisfatório uma vez que, há transparência em comunicar a comunidade escolar sobre as ações que envolvem, principalmente, recurso financeiro.

Atualmente observa-se que três tendências têm acelerado essas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais em escala global: a globalização crescente da economia, o fluxo de informações alavancado pela explosão das comunicações e a matriz tecnológica, impulsionada pela Revolução Técnico-Científica. Na esfera econômica o fenômeno mais importante é a globalização dos mercados. A competitividade internacional leva as modificações nos padrões de produção e consumo. Novas tecnologias de produção afetam a organização do trabalho, modificando cada vez mais o perfil do trabalhador necessário para esse novo tipo de produção. Surgem novas profissões, desaparecem outras.

Existe uma tendência de intelectualização do processo de produção implicando mais conhecimento, uso da informática e de outros meios de comunicação, habilidades cognitivas e comunicativas, flexibilidade de raciocínio, etc.

As mudanças na política também são visíveis, principalmente se pensarmos que os interesses políticos estão sendo subordinados às regras da mundialização da economia. O poder das finanças toma conta do mundo, comprometendo a soberania dos Estados-Nações. Vai desaparecendo a idéia de nação de valores nacionais, de tradições locais. Os governos dos países periféricos do capitalismo mundial vêm reduzindo suas responsabilidades sociais em relação às políticas públicas para a educação, saúde e previdência em consequência da aplicação da política econômica do neoliberalismo.

A participação das pessoas na vida política vem perdendo força, as organizações tendem a ficar enfraquecidas e diminuem os laços de solidariedade entre as pessoas. No campo ético, também ocorrem mudanças preocupantes. A padronização de hábitos de consumo e de gostos tem levado o individualismo e o egoísmo estão acentuados. Valem mais os interesses pragmáticos e imediatos dos indivíduos do que princípios e valores, atitudes voltadas para a vida coletiva, para a solidariedade, para o respeito à vida e ao meio ambiente natural.

O quadro de transformações sociais apontados sugere o desenho de um circuito integrado envolvendo os avanços tecnológicos, o novo modelo de produção e desenvolvimento, a qualificação profissional e a educação. O novo paradigma produtivo acompanha o processo de internacionalização da economia provocando modificações no processo de produção, no perfil dos trabalhadores, nas relações de trabalho, nos hábitos de consumo. Por sua vez, uma nova economia da educação, em boa parte sustentada nos avanços tecnológicos e na difusão da informação, estaria supondo bases mínimas de escolarização que o capital necessitaria para fazer frente às novas necessidades de qualificação e re-qualificação profissional. Isso que implicaria uma acentuação da formação geral, principalmente, em termos de desenvolvimento de habilidades cognitivas, flexibilidade de raciocínio, resoluções de problema e tomada de decisões.

5. CONCLUSÃO

Atualmente observa-se que três tendências têm acelerado essas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais em escala global: a globalização crescente da economia, o fluxo de informações alavancado pela explosão das comunicações e a matriz tecnológica, impulsionada pela Revolução Técnico-Científica. Na esfera econômica o fenômeno mais importante é a globalização dos mercados. A competitividade internacional leva as modificações nos padrões de produção e consumo. Novas tecnologias de produção afetam a organização do trabalho, modificando cada vez mais o perfil do trabalhador necessário para esse novo tipo de produção. Surgem novas profissões, desaparecem outras. Existe uma tendência de intelectualização do processo de produção implicando mais conhecimento, uso da informática e de outros meios de comunicação, habilidades cognitivas e comunicativas, flexibilidade de raciocínio, etc.

As mudanças na política também são visíveis, principalmente se pensarmos que os interesses políticos estão sendo subordinados às regras da mundialização da economia. O poder das finanças toma conta do mundo, comprometendo a soberania dos Estados-Nações. Vai desaparecendo a idéia de nação de valores nacionais, de tradições locais. Os governos dos países periféricos do capitalismo mundial vêm reduzindo suas responsabilidades sociais em relação às políticas públicas para a educação, saúde e previdência em consequência da aplicação da política econômica do neoliberalismo.

A participação das pessoas na vida política vem perdendo força, as organizações tendem a ficar enfraquecidas e diminuem os laços de solidariedade entre as pessoas. No campo ético, também ocorrem mudanças preocupantes. A padronização de hábitos de consumo e de gostos tem levado o individualismo e o egoísmo estão acentuados. Valem mais os interesses pragmáticos e imediatos dos indivíduos do que princípios e valores, atitudes voltadas para a vida coletiva, para a solidariedade, para o respeito à vida e ao meio ambiente natural.

O quadro de transformações sociais apontados sugere o desenho de um circuito integrado envolvendo os avanços tecnológicos, o novo modelo de produção e desenvolvimento, a qualificação profissional e a educação. O novo paradigma produtivo acompanha o processo de internacionalização da economia provocando modificações no processo de produção, no perfil dos trabalhadores, nas relações de trabalho, nos hábitos de consumo.

Por sua vez, uma nova economia da educação, em boa parte sustentada nos avanços tecnológicos e na difusão da informação, estaria supondo bases mínimas de escolarização que o capital necessitaria para fazer frente às novas necessidades de qualificação e re-qualificação profissional. Isso que implicaria uma acentuação da formação geral, principalmente, em termos de desenvolvimento de habilidades cognitivas, flexibilidade de raciocínio, resoluções de problema e tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 4ª ed. São Paulo: 2005.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>> Acesso em: 04/07/2008.

DEMO, Pedro. **Educação e Conhecimento: Uma relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

FREITAS, Luis Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 6ª ed. Campinas (SP): Papirus, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva - Um (Re) Exame das Relações Entre Educação e estrutura Econômico-Social Capitalista**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LUCCI, Eliam Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro; MENDONÇA, Cláudio. **Território e sociedade no mundo globalizado: Geografia Geral e do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAGNOLI, Demetrio. **Globalização: Estado Nacional e Espaço Mundial**. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Polêmica).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de Ensino: Novos tempos, novas configurações**. Campinas (SP): Papyrus, 2006. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VESENTINI, José William. **Sociedade & Espaço: Geografia Geral e do Brasil**. 44ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.un.org>> Acesso em: 03/07/2008.

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org>> Acesso em: 03/07/2008.

AVALIAÇÃO DO PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DOS ADULTOS E IDOSOS SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE DO HOSPITAL SÃO JOSÉ DO AVAÍ – ITAPERUNA/RJ

EVALUATION OF THE CLINICAL AND EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF ADULTS AND ELDERLY UNDERGOING HEMODIALYSIS AT HOSPITAL SÃO JOSÉ DO AVAÍ – ITAPERUNA/RJ

Tiago Andrade Muniz Terra¹, Eugênio Carlos de Almeida Tinoco¹, Auner Pereira Carneiro¹, Cristiano Manhães de Oliveira², Mariana Pessanha Wagner de Azevedo¹, Luciana de Oliveira Fumian Brasil¹, Luíza de Souza dos Santos¹, Mariacelia Fernandes Rocha¹, Nathalia Frade Soares¹.

1- Universidade Iguaçu – UNIG Itaperuna

2- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Autor Correspondente:

Mariana Pessanha Wagner de Azevedo

E-mail: marianapwa@gmail.com

RESUMO

A transformação na estrutura demográfica brasileira, modificou o perfil epidemiológico da população. O Brasil mudou as características de morbimortalidade da população jovem caracterizadas por doenças infecciosas, para uma condição caracterizada por doenças crônicas, característica da maioria dos idosos. Entre essas doenças, encontra-se a doença renal crônica em estágio terminal. Foi realizada uma análise a partir dos prontuários dos pacientes dialíticos, caracterizando-os quanto às variáveis sociodemográficas e clínicas, de modo que possam ser pensadas estratégias para melhorar a qualidade de vida destes pacientes. Foram analisados 214 pacientes, um dos fatores analisados foi a idade, obtivemos como resultado: 3,6% entre 0 e 25 anos; 20,10% entre 25-50 anos; 58,14% entre 50-75 anos; 16,55% entre 75-90 anos; 1,61% entre 90-100 anos. Outros fatores analisados foram sexo e comorbidades. Através desses dados, é possível auxiliar no planejamento de uma assistência direcionada à prevenção e consequente redução do ingresso de pacientes à terapia de substituição renal.

Palavras-chave: Doença renal crônica, hemodiálise, epidemiologia, análise, diálise

ABSTRACT

The transformation in the Brazilian demographic structure has modified the epidemiological profile of the population. Brazil has changed the morbidity and mortality characteristics of the young population characterized by infectious diseases, to a condition characterized by chronic diseases, characteristic of the majority of the elderly. Among these diseases is end-stage chronic kidney disease. An analysis was performed based on the medical records of dialysis patients, characterizing them in

terms of sociodemographic and clinical variables, so that strategies can be devised to improve the quality of life of these patients. 214 patients were analyzed, one of the factors analyzed was age, we obtained the following results: 3.6% between 0 and 25 years; 20.10% between 25-50 years old; 58.14% between 50-75 years old; 16.55% between 75-90 years old; 1.61% between 90-100 years. Other factors analyzed were sex and comorbidities. Through these data, it is possible to assist in the planning of assistance aimed at prevention and consequent reduction in the admission of patients to renal replacement therapy.

Keywords: Chronic kidney disease, hemodialysis, epidemiology, analysis, dialysis

1. INTRODUÇÃO

2.

A Doença renal crônica (DRC) é a fase mais avançada da perda progressiva e irreversível da função dos rins, sendo considerada uma doença de elevada morbidade e mortalidade. Sua prevalência tem aumentado não somente no Brasil, mas também em todo mundo, segundo dados da Sociedade Brasileira de Nefrologia (Sociedade Brasileira de Nefrologia. 2021).

Os fatores de risco que levam ao desenvolvimento da IRC são as enfermidades sistêmicas, doenças autoimunes, toxicidade de drogas, infecções urinárias de repetição, pielonefrite crônica, glomerulonefrite crônica, litíase urinária repetida, rins policísticos e principalmente hipertensão arterial e diabetes mellitus (Pecoits R, 2004).

Configura-se como sendo uma doença incurável tendo como principais fatores de risco a hipertensão arterial e o diabetes mellitus, e como principal mecanismo de terapia de substituição renal, a hemodiálise.

Pacientes submetidos a tratamento dialítico podem apresentar desequilíbrios biopsicológicos, alterações nas interações sociais, devido a limitações e debilidades físicas, e comprometimento negativo da qualidade de vida.

A hemodiálise enfraquece o estado funcional do paciente e provoca-lhe restrições físicas e psicológicas, impõe diversas mudanças no estilo de vida do indivíduo a exemplo: restrições alimentares, afastamento do trabalho e consequente diminuição da renda, incertezas sobre o futuro, estigma e afastamento social, estresse, entre outros. Em consequência, exige do paciente um grande empenho para resistir e se adaptar às respectivas restrições, à perda gradual da qualidade de vida e ao maior risco de hospitalização e morte (Mansur HN, Damasceno V de O, Bastos MG, 2012 e Galvão JO, 2019).

Já Johansen et al. (Johansen KL, Chertow GM, Jin C, Kutner NG, 2007) afirmam que anemia, inflamação, dislipidemia, alterações do metabolismo ósseo e mineral, acidose metabólica, desnutrição, disfunção muscular e doenças cardiovasculares são comuns em pacientes com DRC, demonstrações clínicas que nos levam à ocorrência do "fenótipos frágeis".

A prevalência de fraqueza física aumenta com a diminuição da taxa de filtração glomerular (TFG),

sendo que 14% dos pacientes com DRC são mais vulneráveis, em comparação com 10% dos idosos da comunidade. É possível observar que os paciente jovens e adultos também podem ser vulneráveis. Entre os pacientes que iniciam diálise, há uma alta prevalência de vulnerabilidade, o que se correlaciona com maus resultados terapêuticos (Johansen K, 2013). Por outro lado, há uma associação entre fragilidade, DRC e desfechos clínicos adversos, revelando que DRC pode estar intimamente relacionada à mortalidade em alguns casos (Walker, et al 2013).

A idade por si interfere de forma significativa na qualidade de vida (Rebollo P 2001). No Brasil, a partir de 1960, começou o declínio da fecundidade e o envelhecimento da população, no início, a partir de algumas regiões mais desenvolvidas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADS), iniciada na década de 1970, o fenômeno se espalhou gradativamente para outras partes do país, incluindo áreas urbanas e rurais, sem distinção de classes sociais. Há relatos de que no início do século 20, a proporção da população com 60 anos ou mais era próxima de 25%. Em 1990, no entanto, a de mulheres ultrapassava 78% e de homens 65%, com expectativa de vida de 65 anos, por ocasião do nascimento. Estima-se que de 2000 a 2050, o crescimento da população idosa passe de 5,1% para 14,2% (Chaimowicz F, 1997, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002).

À medida que a população envelhece, o panorama epidemiológico relativo à morbimortalidade sofre uma mudança fundamental. As doenças infecciosas de alta prevalência entre os jovens tendem a reduzir sua morbidade, enquanto as doenças crônicas não transmissíveis tendem a aumentar (Ramos LR, Veras RP, Kalache A 1987; Ramos LR, 2006). Em consequência do envelhecimento da população, aumentou a prevalência de doenças crônico- degenerativas de origem multifatorial, gerando um novo panorama de saúde do país. A nova situação tem despertado grande importância em saúde pública, com respeito à prevenção e recuperação da saúde em populações sob risco (Bittencourt, 2003; Mendes, 2010). Dentre as doenças em geral, a DRC tem impacto negativo nos níveis de energia e vitalidade dos pacientes, reduzindo e restringindo a interação social, levando a problemas relacionados à função física e à saúde mental (Duarte S, 2003; Duarte PS, Ciconelli RM, Sesso R, 2005). Neste caso, na DRC, devido à gravidade da doença e às comorbidades inerentes ao processo de envelhecimento, o impacto torna-se ainda maior (Abreu PF, Sesso R de CC, Ramos LR, 1998; Carvalho FJW, Silva ABF, Costa RC, 1999).

De acordo com Kane-Gill (Kane, 2015) três fatores afetam a hemodinâmica renal: o próprio processo de envelhecimento renal, comorbidades e alterações renais morfofuncionais.

As doenças renais estão entre as causas mais importantes de óbito e de incapacidade em diversos países em todo o mundo. Silva et al. afirmam que “no Brasil, cerca de 12 milhões de pessoas apresentam algum grau de Insuficiência Renal (IR) e, aproximadamente, 95 mil renais crônicos dependem de diálise para sobreviverem”.

O número de óbitos por doença renal crônica (DRC) está aumentando mundialmente, com 1.230.200 mortes em 2017 (James L. 2018). No Brasil, no mesmo ano, o número de mortes de pacientes em diálise foi estimado em 25.187, o que constituiu 19,9% do total de óbitos. Disposto a garantir a sobrevivência e o tratamento dos pacientes, foram acrescentados centros de diálise ativos, sendo que entre as terapias renais substitutivas oferecidas, a hemodiálise domina. Em 2017, 93,1% dos pacientes receberam esta terapia (Thomé, et, 2019).

Segundo Silva et al., o paciente identificado com insuficiência renal crônica necessita de cuidados psicológicos a partir do momento em que foi diagnosticado como enfermo renal. Sendo atingido emocionalmente pela gravidade da doença, na maioria das vezes, acaba se comportando de forma errônea levando ainda mais agravo da doença. O paciente crônico apresenta-se sensível e com sentimento de menos valia, pela impossibilidade de efetuar algumas atividades que antes eram rotineiras e pode apresentar reações de negação, mostrando-se agressivo com familiares e equipe de tratamento.

O presente estudo, pretende avaliar o Perfil Clínico e Epidemiológico de adultos e idosos com doença renal crônica (DRC), submetidos à hemodiálise no Hospital São José do Avaí, em Itaperuna/R.J. e, ainda avaliar a associação das comorbidades nesses pacientes. Será realizado uma pesquisa exploratória retrospectiva, documental desenvolvida em uma unidade de hemodiálise no Hospital São José do Avaí, no município de Itaperuna-RJ, serão analisados prontuários médicos dos pacientes maiores de 18 anos, residentes nesse município e em municípios circunvizinhos, em tratamento por hemodiálise. Espera-se a partir dos resultados o conhecimento do perfil epidemiológico dos pacientes para o auxílio do planejamento de uma assistência direcionada à prevenção e consequente redução do ingresso de clientes em terapia de substituição renal.

Os objetivos da pesquisa são os seguintes, Objetivo Geral: Avaliar o Perfil Clínico e Epidemiológico de adultos e idosos com doença renal crônica (DRC), submetidos à hemodiálise no Hospital São José do Avaí, em Itaperuna/R.J. e, ainda avaliar a associação das comorbidades nesses pacientes. E os objetivos específicos: (i) Caracterizar os pacientes quanto as variáveis sociodemográficas e clínicas. (ii) Avaliar a associação de comorbidades nesses pacientes

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Tipo de Estudo

Foi realizada uma pesquisa exploratória retrospectiva, documental desenvolvida em uma unidade de hemodiálise no Hospital São José do Avaí, no município de Itaperuna-RJ, serão analisados prontuários médicos dos pacientes maiores de 18 anos, residentes nesse município e em municípios circunvizinhos, em tratamento por hemodiálise.

2.2 Local de Estudo

2.3

A pesquisa foi desenvolvida no setor de hemodiálise do Hospital São José do Avaí do município de Itaperuna, que se localiza no interior do estado do Rio de Janeiro. Hospital filantrópico e de referência no noroeste fluminense.

Esse hospital é caracterizado como universitário, de médio porte, com uma clínica de hemodiálise que oferece serviço a Itaperuna e aos municípios circunvizinhos.

O tratamento por meio da hemodiálise para a grande maioria dos pacientes, em todos os serviços, é subsidiado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Hospital São José do Avaí oferece os tratamentos substitutivos renais, por meio da hemodiálise

e diálise peritoneal, e no caso do primeiro citado também o transplante renal.

O atendimento aos pacientes, nos referidos serviços, é realizado de segunda- feira a sábado, das 7 às 19 horas ou 24 horas. Os programas são realizados às segundas, quartas e sextas-feiras, e às terças, quintas-feiras e sábados. O tempo de duração das sessões de hemodiálise varia entre três e quatro horas e meia.

2.4 População de Estudo

A população de estudo será constituída por pacientes renais crônicos submetidos a hemodiálise no Hospital São José do Avaí no período de coleta de dados.

2.4 Critérios de Inclusão

Serão incluídos neste estudo pacientes com insuficiência renal crônica em hemodiálise, tanto homens quanto mulheres, maiores de 18 anos.

2.5 Período de Investigação

O levantamento de dados será desenvolvido nos meses de maio de 2022 a agosto de 2022.

2.6 Aspectos Éticos

O presente estudo foi submetido à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

2.7 Riscos e Benefícios

Os riscos que podem ocorrer são constrangimento, desconforto, receio ou ansiedade pela análise dos prontuários dos pacientes abordados. Porém, serão garantidos os direitos de confidencialidade e sigilo absoluto dos participantes, além disso, os dados coletados serão utilizados apenas para fins dessa pesquisa e veículos de divulgação científica, sem revelar a identidade dos participantes.

Os benefícios são a contribuição para elaboração de estratégias para rastreio e tratamento de pacientes com doença renal.

2.8 Análise dos dados

Para a realização da análise, será elaborado um banco de dados em planilha do programa Microsoft® Excel® para Microsoft 365 e realizada dupla digitação, validação e conferência dos mesmos, com o objetivo de obterem-se dados livres de erros de digitação.

3. RESULTADOS FINAIS

Dos 214 pacientes analisados, obtivemos como resultado: 3,6% entre 0 e 25 anos; 20,10% entre 25-50 anos; 58,14% entre 50-75 anos; 16,55% entre 75-90 anos; 1,61% entre 90-100 anos.

Em relação ao sexo, temos que 66,4% da população estudada correspondia a homens, e 33,6% a mulheres.

Dos 224 pacientes analisados, pudemos verificar a ocorrência de algumas comorbidades. 76,7% dos pacientes possuíam Hipertensão Arterial Sistêmica; 33,5% Diabetes Mellitus; 13,6 Depressão; 16,3%

obesidade; 2,2% algum tipo de neoplasia; 10,5% algum tipo de Doença Renal Prévia; 7,4% Dislipidemia e 13,8% apresentaram outros tipos de comorbidades.

4. DISCUSSÃO

A transformação na estrutura demográfica brasileira, modificou o perfil epidemiológico da população, definindo também características de um processo de envelhecimento populacional. O Brasil mudou as características de morbimortalidade da população jovem caracterizadas por doenças infecciosas, para uma condição caracterizada por doenças crônicas, característica da maioria dos idosos (Sociedade Brasileira de Nefrologia, 2021). Entre essas doenças, encontra-se a doença renal crônica em estágio terminal. Por essa razão, a idade dos pacientes em tratamento de hemodiálise foi analisada. Dos 214 pacientes analisados, obtivemos como resultado: 3,6% entre 0 e 25 anos; 20,10% entre 25-50 anos; 58,14% entre 50-75 anos; 16,55% entre 75-90 anos; 1,61% entre 90-100 anos.

Outro fator importante a ser avaliado dentro deste contexto, é em relação ao sexo, temos que 66,4% da população estudada correspondia a homens, e 33,6% a mulheres.

Os principais fatores de risco que levam ao desenvolvimento da IRC são as enfermidades sistêmicas, doenças autoimunes, toxicidade de drogas, infecções urinárias de repetição, pielonefrite crônica, glomerulonefrite crônica, litíase urinária repetida, rins policísticos e principalmente hipertensão arterial e diabetes mellitus (Pecoits R, 2004). Podemos observar através desse estudo, que dois desses fatores de risco se destacaram em meio as patologias presentes nos pacientes.

Dos 224 pacientes analisados, pudemos verificar a ocorrência de algumas comorbidades. 76,7% dos pacientes possuíam Hipertensão Arterial Sistêmica; 33,5% Diabetes Mellitus; 13,6 Depressão; 16,3% obesidade; 2,2% algum tipo de neoplasia; 10,5% algum tipo de Doença Renal Prévia; 7,4% Dislipidemia e 13,8% apresentaram outros tipos de comorbidades.

Através dos dados obtidos nessa análise, é possível traçar um perfil desses pacientes, facilitando a formação de estratégias para melhorar a qualidade de vida destes pacientes.

REFERÊNCIAS

ABREU, PF; SESSO, RCC; RAMOS, LR. Aspectos renais no idoso. *J Bras Nefrol*. 20(2):172–3, 1998.

BITTENCOURT ZZLC. *Qualidade de vida e representações sociais em portadores de patologias crônicas: estudo de um grupo de renais crônicos transplantados* [Tese (Doutorado)]. Vol. Doutorado. [Campinas]: Universidade Estadual de Campinas; 2003.

CARVALHO FJW, SILVA ABF, COSTA RC. Avaliação da diálise no paciente idoso. *Arq Geriatr Gerontol*, 3(1):5–10, 1999.

CHAIMOWICZ F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. *Rev Saude Publica*. 31(2):184–200, 1997.

DUARTE PS, CICONELLI RM, SESSO R. Cultural adaptation and validation of the “Kidney Disease and Quality of Life - Short Form (KDQOL-SFTM 1.3)” in Brazil. **Brazilian J Med Biol Res.** 38(2):261–70, 2005.

DUARTE PS, MIYAZAKI MCOS, CICONELLI RM, SESSO R. Tradução e adaptação cultural do instrumento de avaliação de qualidade de vida para pacientes renais crônicos (KDQOL-SF TM). **Rev Assoc Med Bras.** 49(4):375–81, 2003.

DUARTE PS. **Tradução, adaptação cultural e validação do instrumento de avaliação de qualidade de vida para pacientes renais crônicos em programa dialítico-Kidney Disease and Quality of Life - Short Form (KDQOL-SFTM1.3)** [Dissertação (Mestrado)]. [São Paulo]: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); 2003.

MENDES, EV. As redes de atenção à saúde Health care networks. **Cien Saude Colet.** 15(5):2297–305, 2010.

GALVÃO, J O. et al. Processos de enfrentamento e resiliência em pacientes com doença renal crônica em hemodiálise. **Context Clínicos.** 12(2), 2019.

HAYS, RD. et al. Kidney Disease Quality of Life Short Forma (KDQOL-SFtm), version 1.3. **A Manuel for Usea and Scoring.** p. 1–43, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica - Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil.** 9th ed. Rio de Janeiro: IBGE; 97 p, 2002.

JAMES, SL. et al. Global, regional, and national incidence, prevalence, and years lived with disability for 354 Diseases and Injuries for 195 countries and territories, 1990-2017: A systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. **Lancet.** 392(10159):1789–858, 2018.

JOHANSEN, KL. et al. Significance of frailty among dialysis patients. **J Am Soc Nephrol.** 18(11):2960–7, 2007.

JOHANSEN, KL. et al. Frailty and Dialysis Initiation. **Semin Dial.** 26(6):690–6, 2013.

KANE-GILL, SL. et al. Risk factors for acute kidney injury in older adults with critical illness: A retrospective cohort study. **Am J Kidney Dis.** 65(6):860–9, 2015

MANSUR, HN; DAMASCENO, VO; BASTOS, MG. Prevalencia de fragilidad entre los pacientes con enfermedad renal crónica en tratamiento conservador y en diálisis. **J Bras Nefrol.** 34(2):153–60, 2012.

MUNIKRISHNAPPA, D. Chronic kidney disease (CKD) in the elderly - A geriatrician’s perspective. **Aging Male.** 10(3):113–37, 2007.

NEVES, PDMM. et al. Brazilian Dialysis Census: analysis of data from the 2009-2018 decade. **Brazilian J Nephro,** 42(2):191–200, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-28002020000200191&tlng=e Acesso em: 11 de novembro de 2022.

PECOITS FILHO, R. Diagnóstico de doença renal crônica: avaliação da função renal. **J Bras Nefrol.** 26(3 Supl 1), 2004.

RAMOS, LR; VERAS, RP; KALACHE, A. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Rev Saude Publica.** 21(3):211–24, 1987.

RAMOS, LR. Epidemiologia do envelhecimento. In: Freitas EV de, Py L, Cançado FAX, Gorzoni ML, Doll J, editors. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006.

REBOLLO, P. et al. Is the loss of health-related quality of life during renal replacement therapy lower in elderly patients than in younger patients? **Nephrol Dial Transplant**. 16(8):1675–80, 2001.

SILVA, AS. et al Percepções e mudanças na qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise. **Rev Bras Enferm**. 64(5):839–44, 2011.

SILVA, RAR. et al. Coping strategies used by chronic renal failure patients on hemodialysis. **Esc Anna Nery - Rev Enferm**. 20(1):147–54, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. **Sociedade Brasileira de Nefrologia**. 2021.

THOMÉ, FS. et al. Brazilian chronic dialysis survey 2017. **J Bras Nefrol**. 41(2):208–14, 2019.

WALKER, SR. et al. Association of frailty and physical function in patients with non-dialysis CKD: A systematic review. **BMC Nephrol**. 14(1), 2013.

PRODUÇÃO ACADÊMICA: ANÁLISE DE TRABALHOS REALIZADOS NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA FACULDADE FUCAPI ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2021

ACADEMIC PRODUCTION: ANALYSIS OF WORK CARRIED OUT IN THE BUSINESS ADMINISTRATION COURSE AT FACULDADE FUCAPI BETWEEN 2003 AND 2021

Marcos Paulo Mendes Araújo

Faculdade Fucapi em Manaus e Universidade Internacional Iberoamericana (UNINI – Mex).
E-mail: cunhabebe@gmail.com

RESUMO

Trata-se de um trabalho que busca analisar a produção acadêmica no âmbito do Curso de Administração da Faculdade Fucapi no período compreendido entre 2003 e 2021. A pesquisa permite, entre outras coisas, observar as principais áreas de interesse de alunos e docentes que passaram no mencionado curso durante esse período. A pesquisa de natureza exploratória, procurou mesclar uma abordagem qualitativa, no que tange à utilização de uma bibliografia especializada, com dados de natureza quantitativa que permitiram as análises estatísticas. Foram analisadas as informações prestadas pela biblioteca da faculdade onde constam para o período mencionado o registro de 506 trabalhos acadêmicos depositados. Após as análises foi possível identificar por exemplo que 75 diferentes docentes estiveram envolvidos nesse total de trabalhos apresentados como orientadores. Além disso, foi possível identificar certa predominância de determinados temas, como: Meio Ambiente, Marketing, Terceirização, micro e pequenas empresas e logística. Entende-se que os resultados possibilitam reflexões acerca do curso e de seu papel no cenário local e regional.

Palavras-chave: Produção Acadêmica. Curso de Administração. Faculdade Fucapi. Contribuições.

ABSTRACT

It is a work that seeks to analyze the academic production within the scope of the Fucapi Faculty Administration Course in the period between 2003 and 2021. The research allows, among other things, to observe the main areas of interest of students and professors who passed the mentioned course during that period. The exploratory research sought to merge a qualitative approach, regarding the use of a specialized bibliography, with data of a quantitative nature that allowed for the statistical analyses. The information provided by the library of the faculty was analyzed, which includes, for the mentioned period, the record of 506 academic works deposited. After the analyses, it was possible to identify, for example, that 75 different professors were involved in this total of works presented as advisors. In addition, it was possible to identify a certain predominance of certain themes, such as: Environment, Marketing, Outsourcing, micro and small companies and logistics. It is understood that the results allow

reflections about the course and its role in the local and regional scenario.

Keywords: Academic Production. Administration course. Fucapi College. Contributions.

1. INTRODUÇÃO

Para que serve a ciência? Por que as universidades devem preparar pesquisadores? Qual a contribuição de um trabalho investigativo de final de curso para um futuro administrador? Muitos dirão que essas perguntas são complexas, outros, que elas são necessárias e também, existirão aqueles que não vão apresentar respostas positivas para esses questionamentos.

O fato é que, o exercício do pensar e do pesquisar deve ser entendido como uma espécie de força oposta ao servir. A universidade deve ter como objetivo maior, a entrega de sujeitos que sejam capazes de pensar. Essa capacidade é crucial para libertação do homem, possibilitando a este, abandonar a servidão.

E foi pensando nessa perspectiva libertadora trazida pela ciência, sobretudo, através da pesquisa, que os gestores acadêmicos da Faculdade Fucapi e do Curso de Administração de Empresas, resolveram instituir e manter durante os mais de vinte anos de existência do Curso de administração, a obrigatoriedade dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Pretende-se com essa investigação, conhecer melhor os meandros desses trabalhos ao longo de quase duas décadas, explorando informações coletadas através de fontes fornecidas pela instituição, além de contar com a memória de alguns docentes que estiveram presentes nessa “aventura”.

Reverendo algumas das orientações específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE), para os cursos de bacharelado em Administração de empresas nos deparamos com o Parecer número 776 de 1997. Apesar de antigo, vale a pena analisar alguns dos princípios estabelecidos por esse documento para formulação das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em administração.

Levando em conta, que este trabalho buscou levantar e analisar a produção científica dos egressos do Curso de Administração de Empresas da Faculdade Fucapi desde o longínquo ano de 2003, ou seja, no início da produção acadêmica do referido curso de graduação, não seria de bom tom, deixar de observar tal parecer.

Nesse documento, o CNE estabelece oito princípios que deveriam estar presentes nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação, onde se inclui os cursos de administração de empresas. Desses princípios, destaca-se ao menos três que julgamos interessantes para nossa pesquisa. São eles:

1. Incentivar a sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.
- 2.
3. Estimular práticas de estudos independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e

intelectual do aluno.

4. Encorajar o “reconhecimento de conhecimentos”, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se refiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada.

O que é possível observar a partir desses princípios é que os cursos de maneira geral deveriam, desde os anos 1990, criar um permanente espaço de incentivo, para que os discentes pudessem ter uma formação integral que fosse capaz de formar profissionais com habilidades e capacidades cada vez mais preparados em suas respectivas áreas de atuação.

Mais a diante, por volta da primeira metade dos anos 2000, mais especificamente em 2004, através da Resolução de número 01 de 02 de fevereiro daquele ano, foram instituídas novas diretrizes para os cursos de graduação em Administração. Nesse documento, que consideramos crucial para essa pesquisa, foram instituídas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Apesar do documento ser bastante interessante, escolhemos analisar apenas alguns pontos que estão mais próximos do escopo dessa pesquisa. Talvez a informação de seja a mais significativa para nossa análise é o item IX do parágrafo 1º do Artigo 2º que informa: “incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para iniciação científica”.⁴

Uma análise bastante simples dessa diretriz nos permite a refletir sobre a preocupação dos cursos de graduação em formar discentes que sejam capazes de estabelecer contato com a pesquisa acadêmica durante todo percurso de sua formação.

Outro item, considerado como estrutural do projeto pedagógico do curso é o que trata da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Vejamos o que apresenta o documento legal sobre esse tema:

XII – Inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

O que podemos perceber é que o documento deixou à época, em aberto a questão da obrigatoriedade dos cursos em estabelecer ou não a realização do TCC pelos alunos. No caso específico da Faculdade Fucapi, decidiu-se pela necessidade de os alunos apresentarem seus trabalhos científicos ao final dos quatro anos do curso, algo que se manteve no tempo, até o atual Projeto Pedagógico do Curso de 2020. Vejamos:

⁴ BRASIL. Resolução CES/CNE n. 01 de 02 de fevereiro de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração, bacharelado, e dá outras providências. Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, 4 de março de 2004.

O Trabalho de Conclusão de Curso repercute diretamente no processo de aprendizagem. É um dos instrumentos proposto pela Faculdade Fucapi objetivando contribuir para o desenvolvimento teórico-prático do educando. Visa fortalecer a formação acadêmica por meio da pesquisa e da proposição de alternativas tecnológicas e científicas para os problemas sociais, estruturais e de ordem prática nas diversas áreas de atuação humana.

Por meio do TCC pretende-se atingir os seguintes objetivos educacionais:

- Identificar a gênese do TCC como um instrumento de síntese e/ou de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida acadêmica;
- Produzir conhecimento ampliando as fronteiras científicas e tecnológicas, suscitando no aluno o interesse em pesquisa científica;
- Suscitar a criatividade e aplicação do conhecimento por meio de projetos e/ou produções diversas de acordo com a área de formação;
- Conceber o TCC como uma oportunidade de aprendizagem voltada para a construção de intercâmbios científicos entre os discentes, os docentes e os pesquisadores de todas as áreas de conhecimento.

O que podemos observar através da leitura do documento acima é que o NDE do Curso ao propor a reformulação do PPC do curso, resolveu manter a obrigatoriedade da realização do TCC, na medida que essa atividade tem o objetivo central de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo do curso de graduação.

Como resultado das decisões colegiadas dos gestores acadêmicos do Curso de Administração de Administração da Faculdade Fucapi ao longo de todos esses anos, os discentes produziram quinhentos e seis trabalhos científicos à título de Trabalho de Conclusão de Curso, sendo a maioria desses no formato de monografias.

O que pretendemos com esse breve levantamento é apresentar um panorama analítico dessas produções acadêmicas. Para tal, utilizamos como fonte central, as informações prestadas pela biblioteca central da Faculdade Fucapi. As informações estão contidas em fichas de inventário do acervo dos trabalhos acadêmicos do mencionado curso.

2. A FACULDADE FUCAPI E O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS.

A FUCAPI — Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica — é uma instituição privada, sem fins lucrativos, localizada na Av. Governador Danilo de Matos Areosa, 381, Distrito Industrial Marechal Castelo Branco, Manaus, AM, CEP 69.075- 351. Está instalada em um terreno de aproximadamente 60.440,75 m², o qual abriga doze prédios principais. Criada por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas — FIEAM, pelo Centro da Indústria do Estado do Amazonas — CIEAM e pelo Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais — GEICOM. Iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 1982, apoiando o desenvolvimento tecnológico das empresas do Polo Industrial de Manaus. Com o passar dos anos, diversificou e ampliou sua participação no mercado.

Desde o princípio de sua atuação, a FUCAPI identificou com muita clareza, que uma de suas principais contribuições seria proporcionar ao desenvolvimento da região amazônica por meio da formação e treinamento de recursos humanos qualificados, cuja escassez representava, e ainda representa uma força contrária ao processo de desenvolvimento.

A partir de 1985, iniciou a oferta de uma programação regular de cursos e em 1986 iniciou suas atividades na educação formal com a criação de um pioneiro curso técnico intitulado “Tecnologias Industriais Básicas – TIB”. A Escola Fucapi, consolidou-se como o Centro Educacional FUCAPI Lynaldo Cavalcanti, escola de ensino médio e técnico nas áreas de Informática, Telecomunicações, Eletrônica Digital, Gestão de Processos Industriais e Biotecnologia.

No mesmo ano de 1986, a Fucapi deu início a um curso de pós-graduação lato sensu que ao longo do tempo, multiplicou-se em número e em parcerias, ajudando a especializar vários profissionais, juntamente com outras renomadas instituições como UFPB, UFRJ/COPPE, UFRGS, UFSC, USP/PECE, ESPM-RJ, ABIPTI.

O compromisso com a região e o resultado dessas iniciativas levou a decisão de oferecer à comunidade uma interação ainda maior na área educacional, complementando o ciclo de formação de recursos humanos qualificados por meio da implantação de uma instituição de ensino superior.

É desta responsabilidade com o social, que nasceu o Instituto de Ensino Superior Fucapi, compromisso de sua mantenedora Fucapi com o desenvolvimento da região amazônica e de sua população.

O Instituto de Ensino Superior Fucapi (Faculdade Fucapi) teve o seu credenciamento através da Portaria nº. 2.235 de 19 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial de 22 de dezembro de 1997, que autorizou o funcionamento do seu primeiro curso de graduação, intitulado Análise de Sistemas.

As atividades do Instituto de Ensino Superior Fucapi, atual Faculdade Fucapi, foram iniciadas em março de 1998. No mesmo projeto foi apresentado o curso de Engenharia de Produção Elétrica, aprovado na reunião do CNE de junho de 1998. Em 1999, seguindo as diretrizes de atuação de sua mantenedora, a Faculdade Fucapi tornou-se a primeira Instituição de Ensino Superior do Brasil a alcançar a certificação de seu sistema da qualidade, com base nas Normas ISO 9000 (ISO 9001).

Nestes 25 anos de atividade, a graduação da Faculdade Fucapi, sempre comprometida com sua missão de identidade tecnológica e regional, ampliou de forma responsável o seu portfólio de cursos e atualmente oferece vários cursos de bacharelado, sendo a maior parte no âmbito das engenharias, além de Design e Administração de Empresas.

O debate sobre a importância do campo da história na área de administração ficou restrito, principalmente, aos estudos ligados à história dos negócios ou empresariais, à história da gestão e à história organizacional. Em todo o mundo as organizações procuram adaptar-se aos conceitos trazidos por um novo modelo: a atuação em função de demandas diversificadas de mercado, a qualificação generalista do trabalhador, o gerenciamento participativo, em contraposição aos conceitos contidos no

paradigma anterior - produção em massa, trabalhadores especializados e gestão tecno-burocrática.

A formação do administrador no Brasil surgiu a partir do momento em que se identificou a necessidade de mão-de-obra qualificada em funções de planejamento, organização, direção e controle das atividades governamentais e empresariais, em uma sociedade que passava de um estágio agrário para o da industrialização. Assim, o ensino da administração está relacionado ao processo de desenvolvimento do país.

Reconhecendo que existe na região e no país uma demanda por profissionais da Administração, a Faculdade Fucapi submeteu ao Ministério da Educação – MEC, em 1999, o projeto do curso de Administração com ênfase em Gestão da Inovação, que começou a ser implementado a partir de 2000, tendo a primeira turma de bacharéis em Administração formada em 2003.

A partir de nova orientação do MEC, através da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, para que os cursos de Administração proporcionem ao profissional uma formação mais generalista, as habilitações deixam de existir. Com isso, as Instituições de Ensino Superior – IES tiveram um prazo de 2 (dois) anos para ajustarem suas grades curriculares.

Nesse sentido, a Faculdade Fucapi realizou a revisão do projeto pedagógico dos cursos de Administração e estabeleceu a nova matriz curricular em 06 de outubro de 2005, surgindo então o curso de Bacharelado em Administração, que passou a vigorar para os alunos ingressantes na Faculdade, a partir de 2006.

No entanto, em 2009, foi realizada nova revisão curricular, visando adequar-se as mudanças no mercado do ensino superior local, estabelecendo-se nova matriz curricular que passou a vigorar a partir de 2010 para os alunos novatos.

A partir de nova orientação da Direção Acadêmica da Faculdade Fucapi, nova revisão curricular foi realizada para ajustes na Matriz Curricular do curso em 2012, o que resultou na atual Matriz 2013 que passou a vigorar para os alunos ingressantes nesse mesmo ano.

Por fim, no intuito de aperfeiçoar o curso e tornar o mesmo mais dinâmico, em 2020, foi apresentada uma Matriz Curricular com todas as revisões necessárias a dar ao curso um perfil mais contemporâneo e voltado às novas demandas sociais e do mercado.

2. PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Como foi informado no início do trabalho investigativo, a partir das informações prestadas pela biblioteca central foram contabilizados 506 trabalhos acadêmicos produzidos pelos discentes durante o período compreendido entre 2003, ano da formação da primeira turma de administradores da Faculdade e o ano de 2021, bem no meio do período marcado pela pandemia do Covid-19.

A primeira ação de nossa pesquisa foi verificar as quantidades/ano. A partir das informações recebidas, chegamos aos números abaixo. Vejamos:

Tabela 1: Quantidade de Trabalhos acadêmicos produzidos pelos alunos do Curso de administração de Empresas da Faculdade Fucapi entre 2003 e 2021.

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2003	1	2012	35
2004	8	2013	35
2005	17	2014	45
2006	32	2015	23
2007	40	2016	10
2008	21	2017	33
2009	17	2018	45
2010	70	2019	28
2011	25	2020/2021*	21

*2020 – 13 trabalhos e 2021 outros 8 (Período da Pandemia do COVID-19).

Fonte: Inventário fornecido pela Biblioteca da Faculdade Fucapi – 2023.

A tabela acima nos possibilita observar como a produção científica dos alunos do Curso de Administração foi sendo delineada durante duas décadas. Acreditamos que nossas análises possam ser orientadas a partir de uma outra informação significativa, que foi o fato do curso nesse período ao menos quatro matrizes diferentes.

A 1ª matriz do curso foi definida ainda no biênio 1999/2000, que marca o início das atividades acadêmicas. Essa matriz vigorou até o final do ano de 2005, que implica em dizer que os alunos que conseguiram se formar no tempo correto, podendo produzir trabalhos de conclusão de curso até o final do ano de 2008, estiveram sob a égide desta primeira matriz, o que totalizaria cento e dezenove Trabalhos de Conclusão de Curso.

No ano de 2006, a matriz do curso sofreu sua primeira alteração. Os alunos que ingressaram naquele ano, passaram a contar com um novo desenho de curso, o que nos possibilita inferir que essa mudança, muito provavelmente impactou na escolha dos temas a serem trabalhados nos trabalhos investigativos. A partir dessa nova matriz curricular podemos contabilizar os trabalhos produzidos entre os anos de 2009 e 2012, que somam 147 trabalhos de conclusão de curso.

Uma nova mudança na matriz curricular do curso ocorreu no ano de 2010, ou seja, mais uma vez a alteração do curso possibilita novos diálogos e consecutivamente novas possibilidades. Essa nova matriz orientou a escolha dos temas dos 103 trabalhos de conclusão de curso apresentados entre os anos de 2013 e 2015.

O ano de 2013 trouxe uma nova mudança. Uma nova matriz curricular foi proposta pelo NDE e aprovada pelo colegiado do curso, o que mais uma vez, gerou impacto sobre a produção científica dos alunos. A partir dessa nova matriz, temos os trabalhos dos alunos concluintes a partir de 2016 até o ano de 2022, uma vez que a partir desse ano de 2023, teremos trabalhos realizados sob a égide da matriz mais nova do curso, datada de 2020. Ainda com relação a matriz de 2013, contabilizamos 137 trabalhos.

Outro dado que foi possível identificar a partir das informações recebidas pela biblioteca, diz respeito aos professores que orientaram os alunos durante o processo de escrituração científica desses trabalhos de conclusão de curso. Ao longo desses quase vinte anos analisados, chegamos ao número de 75 diferentes orientadores.

Os dados fornecidos não nos permitiram conhecer a trajetória acadêmica desses docentes, o que nos possibilitaria inferir uma série de outras questões que iriam enriquecer essa análise. Ao menos foi possível obter informações sobre sua titulação, que podemos observar a partir do gráfico abaixo.

Gráfico: Titulação dos docentes que foram orientadores do Trabalhos de Conclusão de Curso no período de 2003 a 2021.



Fonte: Inventário da biblioteca central da Faculdade Fucapi 2023

Podemos observar que nessas duas décadas, o número de professores com doutorado e mestrado que atuaram no Curso de Administração de Empresas da Faculdade Fucapi foi bastante expressivo, o que implica em dizer que a instituição esteve preocupada em oferecer aos discentes um número de professores pesquisadores satisfatório para fomentar no âmbito do curso o interesse pela produção científica.

Também vale ressaltar que alguns desses professores mestre e doutores ingressaram na docência como especialistas e obtiveram seus títulos a partir de programas de incentivo administrados

pela instituição através de parcerias com universidades do Brasil e do exterior, o que é bastante significativo, tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Sobre isso comenta Rosa⁵:

Na educação superior, a Lei n. 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Art. 66, estabelece: “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”, sendo admitido, também, o reconhecimento do notório saber para suprir a exigência dessa titulação.

Ainda sobre esses docentes que orientaram os trabalhos no período de interesse dessa investigação, um dado que nos chamou atenção foi a preferência dos alunos por alguns docentes. Apenas á título de ilustração, temos o caso do professor mestre Roberto de Almeida da Cruz Junior que orientou nada menos que 107 trabalhos, seguido do então professor mestre Francisco de Assis da Silva Medeiros⁶ com 45 orientações, o professor especialista Júlio César da Silva Moraes com 36 trabalhos orientados. Por fim, sob minha orientação, foram realizados 28 trabalhos de conclusão de curso.

Também foi alvo de nossas análises os temas mais explorados nos trabalhos. A partir do inventário fornecido pela biblioteca, foi possível conhecer os títulos das pesquisas e por conseguinte seus temas. Abaixo apresentamos alguns quadros que nos permitem observar os temas mais recorrentes a cada ano letivo. Vejamos:

Tabela 2 – Principais temas apresentados pelos alunos do curso a partir da matriz curricular de 2000.

Ano	Principais temáticas trabalhadas
2003 ⁷	Análise sob fatores emocionais.
2004	Motivação, Inovação, Meio Ambiente, Liderança, Ferramentas Estratégicas e Suprimentos.
2005	Filosofia “Just in Time”, Gestão Empresarial, Varejo, Terceirização, Emprego e Renda, Micro e Pequenas Empresas, Marketing, Atendimento, Logística, Gestão da Qualidade, Vendas, Recursos Humanos, Inovação Gerencial e Meio Ambiente.
2006	Atendimento, Emprego e Renda, Fidelização de Clientes, Uso de Ferramentas da Qualidade.
2007	Propriedade Industrial, Melhoria de Desempenho, Sistema de Informações Gerenciais (inclusive eletrônica), Terceirização, Empreendedorismo e Análise Financeira.
2008	Gestão Financeira, Marketing de Relacionamento, Ferramentas da Quali-

⁵ ROSA, C. de M. **O nível de Formação dos Professores da Educação Superior Brasileira: 2010 – 2018**. In. Revista Teias, v. 22 • n. 65 • abr./jun. 2021. Pp 252-266

⁶ Atualmente Professor Doutor. Exerce a função de Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Coordenador do curso de Administração do Câmpus de Chapadão do Sul - CPCS-UFMS

⁷ Esse foi tema do único trabalho encontrado para o ano de 2003 no inventário disponibilizado pela biblioteca.

	-dade, Motivação, Liderança, Atendimento, Recursos Humanos, Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas, Compras de Bens, Materiais e Serviços, Controle da Qualidade.
--	---

Fonte: Inventário da Biblioteca da Faculdade Fucapi - 2023.

A partir de uma primeira análise do quadro acima, é possível inferir que os alunos buscaram temáticas bem diversificadas. Apesar disso, alguns temas foram recorrentes naqueles primeiros anos, tais como, Liderança, Terceirização e Marketing. É possível pensar que os temas estão legados intimamente à diferentes cenários políticos, econômicos ou culturais.

Um novo ciclo foi aberto a partir da mudança da matriz curricular do curso no ano de 2006. Fruto dessa nova fase, no final do ano de 2009, temos o início da produção científica que resultou dessas novas diretrizes. Além disso, deve-se levar em conta que os cursos superiores, por seu dinamismo, recebem novos docentes, que acabam agregando novos conhecimentos e ideias, que beneficiam no enriquecimento dos debates sobre temas da contemporaneidade. Sobre esse novo ciclo, apresentamos abaixo uma outra tabela como os temas mais explorados a partir da matriz curricular de 2006.

Tabela 3 - Principais temas apresentados pelos alunos do curso a partir da matriz curricular de 2006.

	Principais Temáticas Trabalhadas
2009	Planejamento de Vendas, Sistemas de Informação, Atendimento, Ferramentas de Gestão, Administração de Conflitos, Sistema Kanban, Compras, Gestão da Inovação, Planejamento e Controle Financeiro e Comportamento Organizacional.
2010	Gerenciamento da Informação, Franquias, Controle de Qualidade, Marketing, Satisfação de Clientes, Análise Financeira, Clima Organizacional, Qualidade de Vida no Trabalho, Ferramentas da Qualidade e Empreendedorismo.
2011	Tomada de Decisão, Empresas Familiares, Empreendedorismo, Estratégias de Marketing, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável, Benefícios Sociais, Marketing de Relacionamento, Ferramentas Gerenciais e Recrutamento.
2012	Melhoria da Produção, Microempresas, Qualificação Profissional, Gestão Educacional, Sistema de Controle, Gestão de Projetos, Gestão da Qualidade, Ferramentas da Qualidade e Terceirização.

Fonte: Inventário da Biblioteca da Faculdade Fucapi - 2023.

Como foi dito anteriormente, em 2010 o Curso de Administração de Empresas ganhou seu terceiro Projeto Pedagógico de Curso e com ele, uma nova matriz curricular. A fase ou ciclo desse projeto foi curta, tendo sido alterado novamente em 2013. Em razão disso, tivemos apenas três anos de

produção científica. Vejamos:

Tabela 4 - Principais temas apresentados pelos alunos do curso a partir da matriz curricular de 2010.

Ano	Principais Temáticas Trabalhadas
2013	Consumo, Marketing de Relacionamento, Sistema de Gestão, Recrutamento e Seleção, Estresse no Trabalho, Micro e Pequenas Empresas, Ferramentas Estratégicas Organizacionais, Controle Financeiro, Assédio Moral no Trabalho, Recursos Humanos, Planejamento Financeiro, Liderança e Terceirização.
2014	Tratamento aos Clientes, Economia Criativa, Planejamento Financeiro, Marketing de Relacionamento, Metodologia do Fluxo de Caixa, Endomarketing, Fidelização de Clientes, Resiliência, Empreendedorismo, Finanças Pessoais, Sucessão Empresarial e Gestão Financeira.
2015	Serviços (Qualidade), Micro e Pequenas Empresas, Marketing de Relacionamento, Gestão da Qualidade, Ferramentas de Pregão Eletrônico, Certificação ISO, Responsabilidade Social, Marketing Digital, Gestão Financeira e Logística.

Fonte: Inventário da Biblioteca da Faculdade Fucapi - 2023.

O que podemos inferir após uma breve análise da tabela acima, é que os temas mais recorrentes estiveram presentes uma década antes, mas surgem outras temáticas que podem ser consideradas como inovadoras, entre as quais, o Marketing Digital e o Endomarketing.

Vejamos agora a próxima tabela que apresenta alguns dos temas que surgiram nas pesquisas dos docentes a partir da matriz curricular do PPC de 2013.

Tabela 5 - Principais temas apresentados pelos alunos do curso a partir da matriz curricular de 2013.

Ano	Principais Temáticas Trabalhadas
2016	Distribuição (Logística), Comércio Eletrônico, Gestão de Pessoas, Liderança, Atendimento ao Cliente, Demonstrativos Contábeis e Segurança do Trabalho.
2017	Empreendedorismo Feminino, 5S, Ferramentas de Inventário, PCP, Marketing de Relacionamento, Gestão de Materiais, Fidelização de Clientes, Práticas de Governança, Qualidade de Vida, Tomada de Decisão, Micro e Pequenas Empresas e Estudos Gerenciais.
2018	Sistemas de Informação, Estilos de Liderança, Estratégias de Marketing, Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Comportamento Organizacional.

2019	Liderança, Melhorias da Produtividade, Gerenciamento de Estoques, Treinamento, Inteligência Emocional, Motivação, Empreendedorismo, Redes Sociais e Consumo, Logística Reversa, Sistemas de Informação, Estilo de Liderança, Controle de Estoque, Resiliência e Marketing.
2020	Plano de Negócios, Marketing, Empreendedorismo, Ética Empresarial, Fidelização de Clientes, Tecnologia da Informação.
2021	Satisfação dos Clientes, Empreendedorismo Feminino, Covid -19 e Seus impactos nas empresas, Recursos Humanos, Treinamento de Pessoas, Gestão de Serviços, Coaching.

Fonte: Inventário da Biblioteca da Faculdade Fucapi - 2023.

O que é possível perceber a partir da análise da última tabela, é que algumas das temáticas trabalhadas pelos alunos e seus orientadores nesse período, trouxeram algumas inovações, como por exemplo, as questões ligadas ao comércio eletrônico, às questões de gênero, da tecnologia da informação, entre outras coisas. Vale registrar que os trabalhos de 2022, ainda estão sendo processados pela biblioteca, o que acabou impedindo que entrassem nessa análise.

Sobre a mudança da matriz curricular no ano de 2020, é necessário registrar que só teremos um impacto nas produções científicas dos alunos a partir do ano de 2023.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica dos discentes do Curso de Administração de Empresas da Faculdade Fucapi desde o seu surgimento em 2000 até o ano de 2021. A investigação tomou por base o inventário de trabalhos de conclusão de curso fornecido pela biblioteca central.

A pesquisa, entre outras coisas, buscou apresentar um panorama da instituição e de seu curso de administração, bem como, um perfil dos orientadores. Além disso, foram observados os títulos dos trabalhos a fim de identificar os temas mais recorrentes nessas duas décadas de produção científica.

A possibilidade dos alunos do Curso de Administração da Faculdade Fucapi estarem inseridos nesse universo da pesquisa acadêmica ajuda, entre outras coisas, a superar uma visão elitista de que a pesquisa deve ser algo exclusivo de poucos. A inserção desses profissionais da administração nesse universo tende a proporcionar a esses homens e mulheres um mercado de trabalho mais promissor.

Conclui-se que a pesquisa realizada beneficia a ciência na medida que apresenta um panorama dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Curso de Administração de Empresas da Faculdade Fucapi ao longo de duas décadas. Acreditamos que o significativo número de 506 trabalhos de conclusão de curso ajudou e continua a ajudar a lançar um novo olhar sobre as empresas, as pessoas e a produção, não só nas áreas abrangidas pelo Polo Industrial de Manaus, bem como, em outros Estados do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. O. B. de; AMBONI, N. **Gestão de Cursos de Administração: metodologias e diretrizes curriculares**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- ANDRADE, R. O. B. de; AMBONI, N. **Projeto pedagógico para cursos de administração**. São Paulo: Makron Books, 2002.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Currículo mínimos dos cursos de graduação**. Brasília, 1981.
- BRASIL. Parecer CES/CNE n. 134 de 6 de junho de 2003. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em administração**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2003.
- BRASIL. **Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração, bacharelado, e dá outras providências**. Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, 4 de março de 2004. Resolução CES/CNE n. 01 de 02 de fevereiro de 2004.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 - LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Retirado de: <https://www.geledes.org.br/ldb>. Acesso em 17 de abril de 2023 às 19h15.
- DANTAS, D. C.; PATRUS, R. **A revisão de artigos científicos na área de administração: considerações com base na hermenêutica filosófica**. In: RAEP – Administração: Ensino e Pesquisa. V. 16, N. 04, outubro, novembro e dezembro de 2015. Pp 695-722.
- FUCAPI. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração de Empresas**. Manaus: Faculdade Fucapi, 2020.
- HORN, G. B.; DIEZ, C. L. F. **Metodologia da Pesquisa**, Curitiba: Iesde, 2003.
- ROSA, C. de M. **O nível de Formação do Professores da Educação Superior Brasileira: 2010 – 2018**. In. Revista Teias, v. 22 • n. 65 • abr./jun. 2021. Pp 252-266

O CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAS NO BRASIL E SUA COIBIÇÃO UMA ABORDAGEM ATUAL

THE CRIME OF CAPITAL LAUNDERING IN BRAZIL AND ITS STOP - A CURRENT APPROACH

Mayra Lima Vieira¹, Michelly Brandão Reis²

1- UNIABEU e Universidade Veiga de Almeida – UVA

2- Universidade Veiga de Almeida – UVA

Autor Correspondente:

Mayra Lima Vieira

E-mail: mayralimavieira@gmail.com.

RESUMO

Atualmente, o delito conhecido como lavagem de capitais tornou-se um dos principais desafios a serem enfrentados pelas autoridades policiais e governos das maiores potências do mundo, principalmente pela quantidade de recursos financeiros movimentados por este crime, nada menos que 600 bilhões anualmente, valor equivalente a 5% do Produto Interno Bruto mundial. Diante da vultosa quantia mencionada, a mesma é utilizada por toda sorte de organizações criminosas com o objetivo de transformar recursos originalmente ilegais em ativos aparentemente lícitos, através de transações financeiras para eliminar ou dificultar o rastreamento da origem ilegal desses recursos, permitindo sua utilização sem expor os criminosos.

Palavras-Chave: Lavagem de Capitais. Ilícito Penal. Direito Penal Econômico. Consequências. Abordagem atual

ABSTRACT

Currently, the crime known as money laundering has become one of the main challenges faced by police authorities and major powers in the world, mainly due to the amount of financial resources handled by this crime, no less than 500 billion dollars, equivalent to 2% of the world Gross Domestic Product. Given the total amount mentioned, it is used by all sorts of criminals with the objective of transforming illegal resources into apparently lawful assets, through financial revenues to eliminate or hinder the tracking of the illegal origin of these resources, using their use without export. criminals.

Keywords: Money Laundering. Criminal offense. Economic Criminal Law. Consequences. Current approach

1. INTRODUÇÃO

Ainda que classificado como fato ou processo socioeconômico que se mostra antigo, o crime de lavagem, reciclagem ou branqueamento de capitais, ganhou bastante destaque recentemente, na esfera

jurídica, como corolário, ou seja, consequência do tráfico internacional de drogas, transformando-se, posteriormente em alvo de criminalização, previsto na legislação penal de diversos países, como por exemplo, da Suíça, Alemanha, Áustria, Itália, Bélgica, etc.

Na esfera mundial, através de esforços conjuntos das autoridades competentes, foram criadas as ferramentas jurídico-repressivas mais importantes internacionalmente para a repressão do delito em comento, que demonstraram a preocupação das nações acerca do tema, e tiveram o condão de dar início às reprimendas contra este tipo penal, como a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena, no ano de 1988, ratificada e promulgada também pelo Brasil), que possui o objetivo principal de fomentar o apoio e a cooperação internacional quanto ao tráfico ilícito de entorpecentes e delitos correlatos, e pioneira em prever o crime de lavagem de dinheiro no seu artigo 3º, como também a Convenção de *Strasbourg*, Convenção do Conselho da Europa, datada de 08 de novembro de 1990, que prevê em seu teor o mandato de incriminação do delito em comento, e a Diretiva n. 91/308 do Conselho da Comunidade Europeia, de 10 de junho de 1991, estabelecendo dispositivos sobre a precaução quanto à disposição e exploração do sistema financeiro, recomendando a proibição da lavagem de capitais, dentre outras recomendações.

Conforme preleciona o Autor Nuno Brandão: *Nelas se prescrevia a necessidade de adoção de uma reação de natureza penal ao problema da reciclagem de dinheiro* (BRANDÃO, 2002, p. 61).

Desta forma, estimulada pelas iniciativas internacionais citadas, o tema em comento, bem como, suas formas de coibição, são alvos de grandes preocupações e considerados de suma importância pelos Estados e órgãos internacionais, devido ao vultoso crescimento deste tipo penal pelo mundo em razão da globalização e internacionalização da economia, através circulação das mercadorias, dinheiro e capitais, e pelo progresso trazido pela informática e meios e comunicação.

Assim sendo, é correto afirmar que, a economia globalizada, ou seja, a internacionalização do setor financeiro, além de benefícios como a rapidez e a garantia da segurança das transações entre países, também criou e aperfeiçoou mecanismos capazes de expandir e aprimorar a lavagem de capitais, ou seja, contribui para um ambiente ou mercado globalizado de crimes, contando com o avanço tecnológico trazido pela internet como um dos principais meios para sua difusão, conforme afirma Luiz Regis Prado:

Assim, técnicas de lavagem de dinheiro ou capitais têm evoluído, adaptando-se de modo contínuo à liberalização e a desregulamentação dos mercados bem como à globalização financeira. Em se abrindo e se internacionalizando, o sistema financeiro oferece ao dinheiro de origem ilícita lugares mais secretos, circuitos mais rápidos, rendimentos mais atrativos (PRADO, 2018, P. 405).

Desta forma, os meios empregados para a prática do branqueamento de capitais evoluíram deveras com a abertura de mercados e a globalização destes, pelas menores restrições governamentais, com a livre iniciativa, promoção e a simplificação das regras e regulamentações governamentais que restringiam a operação das forças de mercado.

Com efeito, a abertura e globalização do sistema financeiro, traz facilidades aos criminosos para aplicar seu dinheiro proveniente de operações ilícitas em locais na qual dificilmente serão encontrados, conseguindo maiores rendimentos, utilizando-se de circuitos mais céleres. Principalmente com a inexistência de intermediação financeira, a falta de entraves e, até incentivos para a criação de filiais das empresas em outros países, a disseminação dos paraísos fiscais, a utilização e “laranjas” nas empresas para a criação de sociedades fantasmas, a concorrência entre as instituições financeiras na disputa pelos clientes, entre outras formas capazes de estimular e facilitar a reciclagem de dinheiro.

Nesta seara, verifica-se que este delito na forma potencializada e descontrolada em que se encontra, pode enfraquecer e ameaçar os princípios inseridos no Estado Democrático de Direito, provocando o perecimento e atentando contra a ordem econômica, financeira e social de todas as nações, vez que, os sujeitos ativos deste delito, na maioria das vezes atuando de forma organizada e oportunista, utilizam-se da multiplicidade dos diferentes ordenamentos jurídicos para lograr êxito no cometimento do crime, integrando a chamada criminalidade econômico-financeira ou do dinheiro (considerada como a forma econômica das operações ilegais através de suas perspectivas lucrativas e financeiras, ou até mesmo, um grupamento de tipos penais diretamente relacionados com o dinheiro e/ou as empresas, advindo de uma economia infratora e clandestina, porém, organizada), tornando-se a “face negra” da sociedade mercantil.

Assim sendo, incontestável se mostra a importância do correto funcionamento da ordem socioeconômica dos Estados, conservando e protegendo os bens e capitais que permeiam de forma lícita o mercado econômico, combatendo veementemente o branqueamento de capitais ou bens originados ilicitamente.

Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo elaborar uma breve análise acerca do delito de branqueamento de capitais, sua prevenção, combate e consequência para a sociedade, através de pesquisa exploratória e bibliográfica para tanto.

2. CONCEITO E ORIGEM DO DELITO

O tipo penal em questão ocorre quando o sujeito ativo realiza um conjunto de atos com o fito de “maquiar”, ou seja, mascarar a proveniência e a natureza de bens e propriedades de procedência ilegal (ocultando sua natureza criminosa) para inseri-los na economia formal, e, por consequência, estes possam ter a aparência de bens e valores adquiridos de forma lícita, fazendo a sua inserção no sistema econômico legalmente, conforme dispõe o artigo 1º da Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei 12.683/2012: Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Neste lano, define-se a lavagem de bens e capitais, como o conjunto de ações que omite, sonega a quem de direito (autoridades, fisco, etc.), a origem de bens e valores, com o intuito de torná-los legítimos perante a sociedade comercial e econômica.

Os vocábulos “Lavagem de Dinheiro” são oriundos dos EUA (*Money Laundering*). E, de acordo com as lições do Autor João Carlos Castellar, acredita-se que ela tenha sido criada para caracterizar o surgimento, por volta dos anos 20, de uma rede de lavanderias que tinham por objetivo facilitar a

colocação em circulação do dinheiro oriundo de atividades ilícitas, conferindo-lhe a aparência de lícito (CASTELLAR, 2004, p. 210).

Nesta esteira, as doutrinas jurídicas que tratavam do tema, passaram a denominar as atividades anteriormente descritas, com esta nomenclatura, como forma de homenagear esta expressão (lavagem de dinheiro) e, conforme a fácil compreensão deste termo, o mesmo também foi incorporado por vários países como a França e a Bélgica (*Blanchiment d'Argent*), Portugal (Branqueamento de Capital), Colômbia (*Lavado de Activos*), Itália (*Reciclagio del Denaro*), Espanha (*Blanqueo de Dinero*), entre outros.

O tema ganhou maior destaque dos organismos internacionais ainda no século XX, devido ao bom aparelhamento, eficiência e habilidade de articulação do crime organizado. Tanto é, que as organizações criminosas, as ditas “quadrilhas”, hodiernamente tem organização semelhante à de empresas, das mais estruturadas, contando inclusive, com hierarquia em seu interior e com ramificações internacionais, fato este, que dificulta muito a repressão de suas ações pelas autoridades competentes.

Nesse contexto histórico, aponta-se que a Itália foi o primeiro país a legislar com o fito de criminalizar tal delito, até mesmo para enfrentar o “crime organizado, e prevendo, inclusive, alguns crimes antecedentes e com conexão direta à lavagem de dinheiro, como o tráfico de entorpecentes, conforme preconiza Leonardo Massud e Leandro Sarcedo:

A aparente precocidade legislativa dos italianos é facilmente explicável pelas peculiaridades vivenciadas por aquele país no enfrentamento da criminalidade. Afora as quadrilhas ou bandos, sempre presentes aqui ou ali ao longo da história, a primeira grande organizações ou estruturas criminosas apareceram no território italiano, representadas, sobretudo pela *Cosanostra*, *Camorra* e *Ndrangheta*, sediadas na Sicília, Nápoles e na Calabria, respectivamente. Daí o porquê de a Itália ter percebido, antes dos demais países, que conhecer o percurso econômico-financeiro e o ataque ao patrimônio ilícito gerado por tais atividades seria um grande remédio para uma ação eficaz na luta contra as organizações de caráter mafioso. (MASSUD e SARCEDO, 2001, P. 402)

Em nosso país, tal delito foi disciplinado pela Lei 9.613 de 1998, após a Convenção de Viena, bem como, foi estabelecido como autônomo, bem como, o legislador designou alguns outros crimes como antecedentes e, a mesmo diploma legal criou o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), com o objetivo de, entre outras coisas, aplicar sanções administrativas.

O que possibilita a manutenção e sustento de suas atividades criminosas, mesmo com seu “alto escalão” (indivíduos considerados “cérebros” destes entes criminosos) preso, é o fato de que estes delegam a outros membros, às atividades criminosas (operacionais e administrativas), obtendo ainda o auxílio dos agentes públicos por eles corrompidos.

Desta forma, o crime organizado continua a acumular muitos recursos financeiros, portanto, somente a prisão dos membros destas organizações ilícitas torna-se ineficiente, pois os componentes

destes grupos são substituídos de maneira fácil, e somente esta medida não é suficiente para promover a desarticulação dos mesmos.

Cumpre-nos assinalar que, é considerado um grande instrumento de coibição da ação destes criminosos, antes da prática do crime em comento, a realização de políticas públicas eficazes neste sentido, como o rastreamento e o confisco de bens e valores, vez que, são estes recursos que alimentam esta “máquina criminosa” e a utilização de Unidades de Inteligência Financeira, com o fito de detectar a origem ilícita de capitais, quando as forças policiais carecerem.

Neste sentido, os órgãos estatais competentes devem realizar comparação de dados, elaborar relatórios e até dossiês com as informações colhidas, para eliminar essas associações criminosas.

Um dos grandes óbices à desarticulação desses organismos e, por consequência, a cessação da lavagem de capitais, é a globalização e a facilidade da realização de transações financeiras internacionais, obtidas principalmente com o fácil acesso aos mercados, a existência de pequenas ou até mesmo, ínfimas restrições governamentais, ou seja, a intervenção mínima do governo no mercado, a diminuta intervenção nas transações comerciais, principalmente com a implantação do regime da livre iniciativa.

Tais fatos facilitam muito a lavagem de dinheiro, ou seja, o ocultamento da origem criminosa do dinheiro (de forma até sofisticada), e a aplicação deste em locais na qual dificilmente serão encontrados, os chamados “paraísos fiscais”, com a obtenção de maiores lucros pela utilização de processos mais dinâmicos na aplicação dos valores, bem como, estímulo para criação de sucursais ou filiais de empresas internacionalmente, a utilização de “testas de ferro” para atuação nas empresas e/ou para a sua criação, a disputa entre instituições financeiras por clientes, entre outros.

Além disso, vale destacar que, as entidades e os setores de atividades mais visados no processo de lavagem de dinheiro são as instituições financeiras, os paraísos fiscais, Centros *Offshore*⁸, bolsas de valores (que, por não conhecerem seus clientes, em alguns casos, ao realizar suas atividades características, acabam por comercializar títulos em prol de organizações criminosas sem ter ciência disto), mercado imobiliário, jogos de azar, sorteios, entre outros.

É de ser revelado que, atualmente, a realidade comercial/econômica vivida no mundo tem trazido, ao lado dos reflexos positivos à vida da população, vários efeitos negativos e até considerados perversos também, como o surgimento e proliferação pelo mundo do delito de lavagem de dinheiro, que em muitos casos, é associado ao tráfico (de armas, drogas ou pessoas), corrupção, terrorismo, que de forma potencializada e descontrolada consegue desestruturar os países, causando grande abalo e danos pungentes às ordens econômicas, financeiras e social no mundo.

Sobre o tema, discorre Miguel Abel Souto em sua obra, daí a certa afirmação de que esse dado novo facilitou a emergência de uma criminalidade, oportunista e reativa, transnacional e sempre mais bem organizada, que prospera em se beneficiando das diferenças entre as legislações e as práticas

⁸ Centros bancários fora do país, que não são submetidos ao controle das autoridades administrativas de Estado algum.

repressivas nacionais (SOUTO, 2002, p. 55).

Este crime está contido entre as espécies de crimes econômico/financeiros, também conceituada como a criminalidade do dinheiro, sendo conhecida como a estrutura econômica das operações não lícitas no seu âmbito produtivo e financeiro, ou complexo/agrupamento de delitos com relação direta, ou seja, associados ao dinheiro e à empresa.

É proveniente de uma economia clandestina e delitiva, porém, com traços organizados e, até mesmo permanentes (crimes organizados), denominado como o lado oculto, furtivo da economia legal.

Conforma já explicitado, existem vários elementos que dão causa, bem como, vêm facilitar a ocorrência do crime em comento, como elementos sociais e econômicos, no contexto interno ou externo ao Brasil, conforme preconiza Marcos Antônio de Barros:

A grande massa desse crime ultrapassa o espaço territorial, marítimo e aéreo da soberania de qualquer Estado. Por isso, a colaboração internacional se tornou medida imprescindível para obtenção de êxito no combate à criminalidade organizada, pois ninguém pode negar que o processo gerado na área da modernidade tecnológica definitivamente tornou as distâncias e as fronteiras quase invisíveis. (BARROS, 2013, P. 44)

Nesse sentido, com tais avanços, difunde-se cada vez mais a prática do delito de reciclagem de capitais, exigindo dos Estados atuação firme e uniforme, ou seja, cada vez mais integrada entre eles, para facilitar um combate efetivo a este delito.

3. FASES DA LAVAGEM DE DINHEIRO

Os indícios ou comprovação do surgimento dos valores ilícitos afloram com a prática/execução do tipo penal de dissimulação, ocultação do dinheiro obtido de forma ilícita, com a realização de atividades e operações que ocultam a origem de bens e após, reintegram os mesmos no mercado formal, com a ficta e simulada licitude.

O crime em voga possui três etapas, entendidas como a colocação, ocultação e integração do ilícito no sistema econômico formal. Estas são de difícil configuração na prática pelas autoridades, quanto ao início de uma fase e o término de outra, existindo em várias ocasiões dificuldades em se precisar o momento da consumação do crime.

Na fase da colocação, o sujeito ativo do delito criminoso, insere o dinheiro ilícito (sujo) no mercado econômico por intermédio de depósitos, e adquire instrumentos negociáveis ou compra bens.

Deve ser considerado igualmente, os esforços das autoridades no sentido de controlar as operações financeiras, ou seja, é melhor para os criminosos que exista a mínima, ou até inexistência, a possibilidade de se identificar e incriminar os mesmos, sendo considerada esta etapa do crime, a mais perigosa para os bandidos, vez que, os valores ilícitos encontram-se próximos às suas origens ainda.

A ocultação visa distanciar os capitais de proveniência delituosa das autoridades, ocorre neste momento, a movimentação do capital ilícito em frações para não levantar suspeitas dos órgãos competentes para repressão, a troca dos valores por outras moedas, o depósito em contas de “laranjas” (outras pessoas que não as proprietárias do capital), o envio dos valores para outros países (como os centros *Off-Shore*), que não possuem controles rígidos de receitas e despesas.

Assim, por razões bem claras, estas operações são preferencialmente executadas em países que adotam leis de sigilo bancário, bem como, também são explorados neste crime, estabelecimentos comerciais que compram e vendem insumos de pequeno valor, como os postos de gasolina, padarias, entre outros, ou explora-se ramo de atividade com abundante movimentação de capitais, como ocorre nos cassinos, para posterior reciclagem.

Na fase da integração, os valores são inseridos na economia formal, integralizando, ou seja, utilizando os recursos ilícitos em atividades dissimuladas, ou seja, em atividades que teoricamente seriam lícitas, e, em várias ocasiões, estas integrações de capital, tomam formas que têm o condão de facilitar as atividades criminosas, como por exemplo, a utilização de sociedades prestadoras de serviços para estes fins, a utilização de transações de importação/exportação com preços sub ou superfaturados, compra e venda de imóveis com valores diferentes aos de mercado, etc. Neste sentido, outro não é o entendimento de Luiz Regis Prado sobre o tema:

Diante do grande número de variantes existentes na matéria, são sistematizadas três fases ou etapas principais: na primeira – colocação ou inserção (*placement*) –, introduz-se o dinheiro líquido no mercado financeiro (ex: banco, corretora); na segunda – ocultação, encobrimento ou cobertura escamoteia-se sua origem ilícita (ex: paraíso fiscal, super faturamento) e na terceira - integração ou reciclagem -, objetiva-se a reintrodução do dinheiro reciclado ou lavado na economia legal (ex: aquisição de bem, em préstimo) (PRADO, 2018, p. 350).

Noutro giro, nosso ordenamento jurídico não impõe que para a configuração do crime, ocorra as três fases da lavagem de capitais, bastando, por exemplo, que ocorra somente a ocultação para que seja cometido o tipo penal, cabendo, desta forma, a aplicação da pena por dissimulação ou integração.

4. DO BEM JURÍDICO TUTELADO E DOS SUJEITOS DO CRIME

É de ser revelado, que um dos pontos mais controvertidos quanto ao tema em estudo, está na definição do bem jurídico tutelado, existindo, nesta esteira, as mais diversas posições doutrinárias acerca do tema, considerando-se como correntes majoritárias, as que balizam seu posicionamento como sendo a administração da justiça e a ordem socioeconômica.

Desta feita, é o entendimento de Luiz Regis Prado:

Vale dizer, os bens jurídicos protegidos – de caráter transindividual – são a ordem econômico-financeira, o sistema econômico e suas instituições ou a ordem socioeconômica em seu conjunto (bem jurídico categorial), em especial a licitude do ciclo ou tráfego econômico- financeiro (estabilidade, regularidade e

credibilidade do mercado econômico), que propicia a circulação e a concorrência de forma livre e legal de bens, valores ou capitais (bem jurídico em sentido técnico) (PRADO, 2018, p. 10).

Assinale-se ainda que, a Diretiva 91/308/CEE do Conselho das Comunidades Europeias, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais, em seu Preâmbulo compartilha os mesmos ideais, ou seja, dispõe que a utilização das entidades de crédito e das instituições financeiras, na lavagem dos produtos de atividades delitivas, pode pôr seriamente em perigo tanto sua solidez e estabilidade quanto a credibilidade do sistema financeiro em seu conjunto, ocasionando com isso, a perda desconfiança do público.

Estes preceitos não têm o condão de afastar a possibilidade de lesão a bens jurídicos diversos ou até mesmo à administração da justiça, entretanto, denominar somente este último bem como o bem jurídico protegido, transmite a ideia de abdicação dos novos anseios políticos e criminais no que tange à criminalização deste delito como crime autônomo, porém, não possui a intenção de limitar, de impor, até porque, outros bens jurídicos, como já dito, podem também ser lesados de forma eventual. Corroborando com o disposto, Luiz Regis Prado assinala que: “O mais importante a ser destacado nessa linha de pensar é a incorporação de bens e valores ilícitos na economia legal, e não sua ocultação, favorecimento ou conhecimento do delito anterior” (PRADO, 2018, p. 10).

Quanto aos sujeitos deste crime, qualquer pessoa pode figurar como sujeito ativo, incluindo aqueles que praticam os crimes que antecedem a lavagem de capitais e, quem figura como sujeito passivo é a coletividade.

6. PECULIARIDADES DO CRIME

Conforme anteriormente informado, a tipicidade desta infração consiste no teor do artigo 1º, caput, da lei de branqueamento de capitais, a saber: ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Na doutrina, sobreleva a lição de Luiz Regis Prado quanto ao tema:

A ocultação ou dissimulação devem referir-se à natureza (essência, condições peculiares, especificidade), origem (procedência ou forma de obtenção), localização (local onde se encontra ou se situa), disposição (seja gratuito ou oneroso), movimentação (emprego, uso, utilização, (deslocamento, mobilização, mudança, circulação) ou propriedade (titularidade, domínio, direito de usar, gozar e dispor da coisa, bem como de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha) de bens, direitos ou valores (PRADO, 2018, p. 11).

Quanto aos objetos materiais do delito, estes são compreendidos como os valores, bens, direitos ou vantagens auferidas e ainda, qualquer benefício que tenha valor econômico ou patrimonial,

em suma, todas as formas de ativos imateriais ou materiais, o que tem utilidade com relevância e valor econômico, como os créditos ou pecúnia, por exemplo.

Sem embargo, torna-se mister que o objeto material do crime (valores, bens, direitos ou vantagens auferidas), sejam provenientes de forma indireta ou direta da prática de tipos penais anteriores à lavagem de dinheiro, para que esta conduta seja criminalizada (é reputado como crime de consequência ou referente, posto que, necessita de prática de tipo penal antecedente, denominado base).

Existe, portanto, um mero vínculo lógico-formal entre o crime anterior à lavagem de capitais e a própria reciclagem, vez que, se assim não fosse, o fato tornar-se-ia atípico, não se cometeria tal delito, como bem denota Luiz Regis Prado em sua obra: “Na atualidade, é bastante a origem penalmente ilícita do bem, direito ou valor econômico que se procura introduzir no mercado econômico legal, sob a falsa aparência de legitimidade. Isso vale dizer: é suficiente que o produto seja proveniente de um injusto penal” (PRADO, 2012, p. 12).

Entretanto, mesmo com origem em delito anterior, a lavagem de dinheiro possui total independência em sua forma (pois a ação penal desta infração ocorre independente da ação penal dos delitos antecedentes), ainda que estes sejam cometidos fora do solo brasileiro, necessitando somente de comprovação da existência, conforme previsto no artigo 2.º, II, da lei 9683/1998, com a redação da lei 12.683/2012, bastando que o delito anterior seja tipificado no país onde foi cometido, não existindo a necessidade que os crimes sejam idênticos, mas somente que possuam o mesmo bem jurídico (artigo 2.º, § 1.º da Lei 9683/1998) e conteúdo (fundamentando a pena a ser aplicada com o ilícito e a culpabilidade do agente, não sendo classificado como crime acessório, visto possuir conteúdo próprio). Assim sendo, não é outro o entendimento de Marco Antônio de Barros:

Para efeito de recebimento da denúncia que imputa a alguém a prática do crime de lavagem de dinheiro, o juiz deve firmar convencimento seguro sobre a existência do crime antecedente. Não se exige, nesta fase postulatória, a demonstração definitiva que só a sentença penal condenatória irrecurável é capaz de satisfazer, mas ao Ministério Público incumbe dar substância à peça acusatória, mediante a apresentação de sérios elementos de prova que conduzam ao raciocínio positivo da ocorrência do crime antecedente (BARROS, 2001, p. 10).

Para que haja a consumação desta infração penal, basta a realização das ações previstas no artigo 1º da lei anteriormente mencionada (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de uma infração penal), vez que, trata-se de delito de atividade e de perigo abstrato, consumado com a prática da conduta tipificada, prescindindo que se produza resultado posterior, sob pena de não existir criminalização, pois o crime está em constante aperfeiçoamento e, em muitas situações torna-se muito difícil comprovar sua ocorrência pelas condutas praticadas, que tendem a distanciar o bem da sua proveniência não lícita.

Por outro enfoque, a lei que regula o delito também define as causas de aumento da pena, de 1 (um) a 2/3 (dois terços), se o mesmo for praticado reiteradamente, ou seja, a pluralidade da mesma conduta com autonomia, permitindo o aumento de pena com a junção de todas estas condutas (artigo 1.º, caput, I a VI) ou praticado através de organização criminosa, isto é, aquelas dedicadas a atividades proibidas de forma organizada, bem semelhantes às sociedades empresárias, tencionando a obtenção de lucros, só que dedicadas ao crime (artigo 1.º, § 4.º).

Em relação às causas que possibilitam a diminuição da pena, estas também possuem previsão na mesma lei, e são aplicadas se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime (artigo 1.º, § 5.º).

Neste sentido, a pena poderá ser reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços) e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos nos casos acima descritos. Esta benesse consiste em direito subjetivo do sujeito ativo deste delito, quando existirem os pressupostos legais para tanto e, concernente com o disposto na obra de Roberto dos Santos Ferreira:

O problema que se coloca é quanto ao alcance da chamada revelação da trama criminosa e que vai ensejar a incidência dessa causa de redução. Assim, as revelações feitas espontaneamente devem fornecer elementos para identificação de outros membros da quadrilha, de coautores ou partícipes, de forma a propiciar o esclarecimento do evento criminoso ou mesmo de outros ainda em apuração ou sub judice, bem como para a localização de bens oriundos de sua prática (FERREIRA, 2012, P. 140-141).

No que se refere à pena para o crime de lavagem de capitais, são cominadas penas de reclusão, de três a dez anos e multa, e a ação penal é pública incondicionada.

É de ser revelado que, a justiça comum é competente para processar e julgar tal crime, contudo, a justiça federal é torna-se competente quando o crime for praticado contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas e quando o delito antecedente for de competência da Justiça Federal (artigo 2º, I e III da lei 9.613/1998 com o acréscimo da lei 12.683/2012).

7. A COIBIÇÃO DO CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAS

6.1 Órgãos responsáveis pela fiscalização das atividades financeiras

Este delito é muito útil para os criminosos, visto que, mesmo em muitas ocasiões, ele seja praticado de forma muito sofisticada, envolvendo até outros países, ele transforma valores e bens ilícitos, em lícitos, assim sendo, mister se faz existir também formas sofisticadas de prevenção e coibição do crime, com alinhamento e uniformização dos Estados na prevenção global, e sistemas domésticos bem modernos e eficazes, principalmente com o sistema *follow the Money* (siga o dinheiro), ou seja,

para combater este delito, é extremamente necessário o rastreamento da origem de valores e bens que são inseridos na economia formal.

Desta forma, os efeitos nocivos ocasionados pelo delito em estudo geraram a necessidade da criação de sistemas de inteligência capazes de monitorar e controlar os dados e as informações, bem como, de produzir relatórios detalhados e seguros em relação à infração em comento.

Destarte, a legislação internacional atribui a cada Estado a competência para a criação e estruturação de suas unidades de inteligência financeira, estas com o objetivo de identificar movimentação atípica de rendas e operações financeiras suspeitas, corroborando em grande escala com o combate ao delito de reciclagem de capitais não só em âmbito interno, mas externo também.

Com efeito, cumpre observar que é recomendado por alguns tratados europeus e pelo GAFI⁹ (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo), que cada país signatário dos mesmos promova a criação de Unidades de Inteligência Financeira (UIF), com o escopo de combater a lavagem de capitais e o terrorismo, destacando-se as UIF judiciais, coercitivas e administrativas, que visam auxiliar na persecução penal. Tais UIF são unidades com competência para fiscalizar, prestar informações, produção de dados e envio às autoridades competentes para a investigação criminal, como a polícia e o Ministério Público.

Este é o caso do COAF¹⁰, que possui natureza administrativa e jurisdição em todo território nacional, este integra a estrutura do Ministério da Fazenda, e tem sede no Distrito Federal, e possui a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas em sua lei de criação, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades, possuindo autorização para manter núcleos descentralizados, utilizando-se da infraestrutura das unidades regionais dos órgãos a que pertencem os conselheiros, objetivando a cobertura adequada de todo o território nacional, mantendo, outrossim, a participação e cooperação com entidades como a ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro).

As prerrogativas de repressão do órgão são atribuídas à capacidade para a instauração de processo administrativo e cominação de sanções às pessoas (naturais e jurídicas) que não possuem

⁹ O Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) é uma organização intergovernamental cujo propósito é desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Periodicamente, o GAFI realiza avaliação dos países membros acerca da implementação de medidas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

¹⁰ O Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF tem como missão, produzir inteligência financeira e promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. O Coaf recebe, examina e identifica ocorrências suspeitas de atividade ilícita e comunica às autoridades competentes para instauração de procedimentos. Além disso, coordena a troca de informações para viabilizar ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.

O Conselho aplica penas administrativas nos setores econômicos para os quais não exista órgão regulador ou fiscalizador próprio.

capacidade regulatória própria (por exemplo: comércio de joias, *factoring*¹¹, metais preciosos, pedras, objetos de arte e antiguidades), em contrapartida àquelas que possuem órgãos de controle específico, como os bancos, regulados pelo BACEN (Banco Central), ou as empresas reguladas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ou SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), serão processados administrativamente e terão sanções aplicadas no âmbito administrativo por estes órgãos, assegurados, neste caso, o contraditório e a ampla defesa (artigo 13 da lei nº 9.613/98).

6.2 Múnus administrativos e procedimentos para controle

Em nosso país, alguns anos após o advento da lei nº 9.613/98, foi criada a lei nº 12.683/2012, que alterou dispositivos da legislação anterior, abrangendo a inclusão de novas obrigações administrativas, e ampliando o rol de entidades e pessoas na mesma. Esta prevê a alienação antecipada de bens que estejam sob suspeita de serem provenientes de delitos, e a obrigação daqueles que prestam assessoria ou consultoria em operações comerciais e/ou financeiras de fazer comunicação às autoridades competentes, de qualquer possibilidade ou indício do crime de lavagem de capitais, mesmo existindo a obrigação quanto ao sigilo profissional, entre o profissional que prestou a consultoria, assessoria e intermediação e seu cliente.

Nesta seara, a lei que trata da lavagem de dinheiro, em seu artigo 10º, prevê que as pessoas físicas ou jurídicas (instituições financeiras, administradoras de cartão de crédito, administradoras de empresas, etc.), devem promover a identificação de seus clientes, bem como, manterão cadastro atualizado dos mesmos, conservando registro de todas as suas transações, que ultrapassem os limites determinados pelas autoridades competentes e nos termos de instruções por estas expedidas. Frise-se nesse sentido as lições de Rodrigo Sánchez Rios sobre o tema:

É compreensivo que a medida inicial de prevenção ao branqueamento de capitais seja a imposição ao sistema bancário e instituições de crédito – um especial dever de diligências (*due diligence*) na identificação do seu cliente e na comunidade de operações suspeitas. As legislações penais modernas contam com dispositivos dessa natureza, e não poderia ser diferente com a nossa Lei n. 9.613, nos artigos 9º, 10 e 11. (RIOS, 2011. P.266/267).

Assinale-se ainda que, as pessoas anteriormente identificadas têm o dever de adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que permitam atender as determinações acima citadas, bem como, conforme disposto no artigo 11º, estas devem comunicar ao COAF as operações que possuam indícios do crime de branqueamento de capitais, entre outras condutas, bem como, também devem comunicar as que não possuem indícios de crime, nem configuram atividades atípicas ou anormais, elaborando relações de operações, discriminando as partes envolvidas, valores, forma de realização e os instrumentos utilizados, sob pena das sanções legais

¹¹ Factoring (fomento mercantil ou comercial) é uma atividade comercial caracterizada pela aquisição de direitos creditórios, por um valor à vista e mediante taxas de juros e de serviços, de contas a receber a prazo. Ela possibilita liquidez financeira imediata para micro e pequenas empresas.

cabíveis, como advertência, multa pecuniária, cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento, ou até mesmo inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas descritas na lei.

A norma também dispõe que as comunicações feitas munidas de boa-fé, de acordo o disciplinado na mesma, não acarretam responsabilidades civis ou administrativas.

Ressalte-se ainda que, a diretiva 91/308/CEE, que foi criada na Europa, com o fito de criar medidas de prevenção ao delito de reciclagem de capitais, assim como, criar obrigações para pessoas físicas e jurídicas no sentido de informação para auxiliar órgãos que investigam tal crime. Desta feita, criou-se a obrigatoriedade dos deveres de colaboração dos agentes financeiros e bancários, bem como, de vários outros profissionais, que de forma direta ou indireta atuam em vários seguimentos de mercado, como agentes de mercado de joias, de artes, contadores, advogados, etc., para que o máximo de informações possíveis fosse de conhecimento do poder público, e por consequência, este pudesse coibir ao máximo tal prática delituosa.

Tal diretiva influenciou diversos países europeus em seus sistemas de repressão a este crime, como Portugal que criou um sistema de multas pesadas para descumprimento dos preceitos contidos na diretiva, bem como, a Dinamarca, o Reino Unido e Irlanda, que criminalizaram o descumprimento dos preceitos contidos na mencionada diretiva.

6.3 Tratamento dos estados para a coibição do delito

Diante do exposto anteriormente, é de suma importância a colaboração entre os Estados a fim de coibir tal prática criminosa, ajustando e alinhando suas legislações no tratamento do tema, como por exemplo, a realização de tratados, acordos e convenções, como ocorrido com a realização da Convenções de Viena (em 1988, na qual o Brasil é signatário, decreto nº 154 de 26/07/1991).

Quanto ao disposto nesta Convenção, sobrelevam as lições de João Carlos Castellar:

Tal como registrado em seu preâmbulo, essa Convenção, alterando o tom das anteriores, passou a considerar que a existência de estreitos vínculos entre o tráfico de drogas e outras atividades criminosas organizadas seria capaz de minar “as economias lícitas” e de ameaçar “a estabilidade, a segurança e a soberania dos Estados”. A normativa faz também alusão ao fato de que o tráfico ilícito “gera consideráveis rendimentos financeiros e grandes fortunas que permitem às organizações criminosas transnacionais invadir, contaminar e corromper as estruturas da administração pública, as atividades comerciais e financeiras ilícitas e a sociedade em todos os seus níveis” (CASTELLAR, 2013, p. 212).

Ainda acerca da Convenção de Viena, assevera Castellar que:

...Para dar efetividade às medidas político-criminais nela aviltradas, a Convenção recomenda que os países subscritores criminalizem com severidade o ato de

“ocultação ou encobrimento, da natureza, origem, localização, destino, movimentação ou propriedade verdadeira dos bens sabendo que procedem de algum ou alguns delitos” nela mencionados, que compõem uma extensa lista de condutas relacionadas com o plantio e a comercialização de substâncias consideradas entorpecentes ou psicotrópicas, bem como a organização de pessoas para operacionalizar essas condutas, gerenciá-las ou financiá-las. O efeito dissuasório – ou preventivo geral positivo – esperado com essa criminalização evitaria que as fortunas obtidas com a comercialização de drogas pudessem ser depositadas em bancos ou instituições financeiras ou, sobretudo quando dissimuladas com valores de origem lícita, viessem a ser empregadas em outras atividades legítimas. Para ampliar a eficiência dessa criminalização, a Convenção prevê que os países signatários devem adotar medidas para autorizar o confisco de bens que constituem produto de delitos nela relacionados. Surge assim, a nível global, a onda criminalizante da lavagem de capitais, que trouxe para os ordenamentos jurídicos dos países signatários diversos dispositivos processuais que até então não eram usuais na persecução penal. Foram então estabelecidos normatizados em matéria penal os conceitos de *know your bussines* (conheça seu negócio) e *know your costumer* (conheça seu cliente), que obrigam inúmeras pessoas, tanto físicas e jurídicas, mas especificamente os bancos e as instituições financeiras no geral, assumirem posição de garantidoras, atribuindo-lhes o dever legal de comunicar aos órgãos de fiscalizações governamentais (bancos centrais e comissões de valores imobiliários) quaisquer movimentação que não obedeçam a exigentes critérios de formalidade, indicativos de liquidez e pureza da sua origem (CASTELLAR, 2013, p. 212-213).

Desta forma, com o intuito de obedecer aos preceitos contidos nesta Convenção, no Brasil, logo em seguida à promulgação da Lei nº 9.613/98, o BACEN (Banco Central) criou a Carta-Circular nº 2.828/98, que após, revogada pela Carta-Circular nº 3.542/2012 dispendo sobre a relação de operações que podem configurar indício dos delitos contidos na lei mencionada, com o objetivo de serem comunicadas ao COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Tais condutas, consideradas suspeitas, têm o condão de trazer muitas consequências negativas no âmbito penal e administrativo para os bancos e/ou seus clientes, sendo que, várias das consequências administrativas são provenientes das orientações do GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional, criado em 1989 e formado pelos sete países mais industrializados do mundo - o G7 - atualmente incluindo outros, inclusive o Brasil em 2000, com o fito de criar recomendações em relação às melhores formas de promoção ao combate da infração em tela).

Assim, é de ser revelado, que qualquer atividade ou movimentação financeira que não se encontre dentro do que foi projetado pelas autoridades penais e administrativas (de acordo com o que foi preconizado pelo GAFI), e que seja considerada suspeita, autoriza então, investigações pelos organismos competentes. Tais investigações vêm limitar consideravelmente a aplicação e a eficácia dos direitos e garantias fundamentais aos investigados.

Nesta esteira, posteriormente à Convenção de Viena, também foi realizada a Convenção de Palermo (em 2000 na qual o Brasil também é signatário, conforme disposto no decreto nº. 5.015/2004, tratando das organizações criminosas em suas especificidades), Convenção do Conselho de Europa sobre a lavagem e as Diretrizes da União Europeia (2001), a Convenção de Estrasburgo (1990), a de Mérida (em 2003), na qual os países signatários incumbem-se de cooperar entre si na repressão da lavagem de dinheiro, com legislações conjuntas, expedição de recomendações para disciplinar a conduta dos países (como anteriormente ocorreu na Recomendação do Comitê de Ministros da Europa, de 1980), ou até mesmo, a produção de documentos internacionais para o combate a reciclagem de capitais, como no Programa Internacional de Ação do Rio de Janeiro (que teve o fim de coibir o uso, produção e tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas (ocorrido em 1986), o *Money Laundering Act Control*¹², realizado pelos EUA em 1986 e a Convenção de Varsóvia em 2005.

Registre-se que, basicamente, as formas de repressão referenciadas tiveram o condão de frear e coibir o cometimento da lavagem de capitais, criando a cooperação entre Estados signatários na repressão deste crime.

8. CONCLUSÃO

Por meio dos fatos aqui colacionados, tornou-se possível fazer uma análise mais detida quanto ao crime de lavagem de capitais, na qual se constata a grandeza das consequências nocivas que o mesmo traz para a sociedade e para o sistema financeiro nacional, alcançando todos os setores da economia, vez que, põe em risco a toda a solidez econômica e o desenvolvimento saudável das atividades econômicas, inclusive ameaça a efetivação dos direitos transindividuais, não só em âmbito nacional, como também no internacional.

Nesta esteira, surgiram as legislações, os tratados internacionais, convenções, diretrizes, entre outros, com o fito de frear e até mesmo, de coibir a prática e efeitos do delito em comento e, mesmo corroborando neste sentido, acabam por se deparar com as entraves existentes, como os paraísos fiscais, as etapas de cometimento da infração, que dificultam o rastreamento dos valores, a vultosa movimentação financeira, que afasta os recursos provenientes de atividades ilícitas de suas origens, entre outros motivos, que os impede de lograr êxito com efetividade no seu intento, tornando este crime de difícil identificação pelas autoridades competentes, mesmo com os órgãos existentes para corroborar na caracterização do delito, bem como, com todos os esforços integrados dos Estados no sentido de prevenção e coibição do delito, quanto na criação de legislações domésticas para tanto.

Infere-se também que, que este crime imiscuiu-se por toda a sociedade, “contaminou” a mesma, assim sendo, qualquer cidadão pode ser sujeito ativo desta infração, ou seja, tal delito não necessariamente é cometido por organizações criminosas, apesar de estas, habitualmente possuírem mais notoriedade como agentes do ilícito. Um exemplo deste crime independente das organizações

¹² Foi um ato do Congresso dos Estados Unidos que transformou a lavagem de dinheiro em crime federal. Aprovada em 1986, e consiste em duas seções. Pela primeira vez os Estados Unidos criminalizaram a lavagem de dinheiro. Entre outras coisas, proíbe as pessoas de se envolverem em uma transação financeira com recursos gerados por determinados crimes específicos, conhecidos como atividades ilegais especificadas.

criminosas é o dinheiro recebido por políticos, fruto da corrupção, que estes encaminham a centros *offshore*.

Desta forma, torna-se de suma importância a conscientização de todos, vez que, todos os setores da economia são afetados pelo branqueamento de capitais e pelos crimes antecedentes, e este fato influi diretamente no desenvolvimento social, posto que, os recursos a esta infração direcionados não são aplicados de maneira a promover o desenvolvimento social, pois, o sujeito ativo deste crime não introduz seus recursos na economia formal, promove a evasão de divisas, comete crimes antecedentes à lavagem de capitais, ou seja, pratica uma série de delitos concorrendo de forma desleal para seu enriquecimento ilícito pessoal em detrimento da honestidade e boa-fé na qual devem ser pautados os negócios jurídicos, as relações contratuais/comerciais.

Outrossim, os recursos estrangeiros investidos ao longo prazo perdem mercado para aqueles que são somente especulativos, dificultando novos investimentos por parte de empresários honestos neste mercado inseguro, ocasionando grande defasagem entre a economia formal honesta e a mantida por capital de origem ilícita.

Neste sentido, esta economia criada paralelamente pode até levar o país à desestruturação econômica, social, e política, desestabilizando o Estado Democrático de Direito.

Entretanto, mesmo com todas as dificuldades encontradas pelas autoridades competentes, os mecanismos criados com o intuito da coibição deste crime mostram-se como ferramentas muito importantes neste intento, necessitando também do rigor do Estado na fiscalização dos recursos, na investigação do crime, na criminalização dos agentes e participação efetiva da sociedade, quando possível.

REFERÊNCIAS

BARROS, Marco Antonio de. **Lavagem de dinheiro e o princípio da anterioridade in Boletim IBCCrim**. São Paulo: IBCCrim, nº 108, 2001.

BARROS, Marco Antonio de. **Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BRANDÃO, Nuno. **Branqueamento de capitais - o sistema comunitário de prevenção**. Coimbra: Coimbra, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.663, DE 1º DE JANEIRO DE 2019**. Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

BRASIL. **Lei nº 9.613/1998, de 03 de março de 1998**. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.

CASTELLAR, João Carlos. **Lavagem de dinheiro: a questão do bem jurídico**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

CASTELLAR, João Carlos. **Direito Penal Econômico versus Direito Penal Convencional: a engenhosa arte de**

criminalizar os ricos para punir os pobres. Rio de Janeiro, Revan, 2014.

EUROPA. **Diretiva do Conselho das Comunidades Europeias de 10 de Junho de 1991. Relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais (91/308/CEE)**, Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html>. Link: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:31991L0308>. Acesso em 10/04/2020.

FERREIRA, Roberto dos Santos. **Crimes Contra a Ordem Tributaria**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MASSUD, Leonardo e SARCEDO, Leandro. **Lavagem de Dinheiro: Do Contexto Histórico à atualidade e sua criminalização pela legislação brasileira**. Leis Penais Comentadas. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime de lavagem de dinheiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

RIOS, Rodrigo Sánchez. **A política criminal destinada à prevenção e repressão de Lavagem de dinheiro**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PRADO, Luiz Regis. O novo tratamento penal da lavagem de dinheiro (Lei 12.683/2012). **Revista dos Tribunais**: São Paulo: RT, v.101, nº 926, p. 401-438, dezembro/2012.

SOUTO, Miguel Abel. **El blanqueo de dinero en la normativa internacional**. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2002.